

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS  
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

**JOANA BÚRIGO VACCAREZZA**

**O MINISTÉRIO DA CULTURA E A POLÍTICA CULTURAL EXTERNA  
BRASILEIRA**

**Porto Alegre  
2017**

**JOANA BÚRIGO VACCAREZZA**

**O MINISTÉRIO DA CULTURA E A POLÍTICA CULTURAL EXTERNA  
BRASILEIRA**

Trabalho de conclusão submetido ao Curso de Graduação em Relações Internacionais da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título Bacharel em Relações Internacionais.

Orientador: Prof. Dr. Henrique Carlos de Oliveira de Castro

**Porto Alegre**

**2017**

### CIP - Catalogação na Publicação

Vaccarezza, Joana Búrigo

O Ministério da Cultura e a política cultural externa brasileira / Joana Búrigo Vaccarezza. -- 2017.

75 f.

Orientador: Henrique Carlos de Oliveira de Castro.

Trabalho de conclusão de curso (Graduação) -- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas, Curso de Relações Internacionais, Porto Alegre, BR-RS, 2017.

1. Política cultural. 2. Política externa brasileira. 3. Ministério da Cultura. 4. Diplomacia cultural. I. Castro, Henrique Carlos de Oliveira de, orient. II. Título.

**JOANA BÚRIGO VACCAREZZA**

**O MINISTÉRIO DA CULTURA E A POLÍTICA CULTURAL EXTERNA  
BRASILEIRA**

Trabalho de conclusão submetido ao Curso de Graduação em Relações Internacionais da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título Bacharel em Relações Internacionais.

Orientador: Prof. Dr. Henrique Carlos de Oliveira de Castro

Aprovada em: Porto Alegre, 04 de janeiro de 2018.

BANCA EXAMINADORA:

---

Prof. Dr. Henrique Carlos de Oliveira de Castro – Orientador  
UFRGS

---

Profa. Dra. Sônia Ranincheski  
UFRGS

---

Prof. Dr. Leandro Valiati  
UFRGS

## **AGRADECIMENTOS**

Este trabalho só foi possível graças ao apoio de muitas pessoas queridas que tive a sorte de encontrar nos últimos anos.

Agradeço em primeiro lugar à minha família, especialmente aos meus pais, pelo amor, carinho e educação recebida ao longo de toda a vida. Agradeço, em memória, aos meus avós maternos que tanto me motivaram a descobrir e aprender coisas novas. À minha mãe, Elisabete Búrigo, minha primeira professora, fonte de inspiração e de apoio incondicional - e de profundos conhecimentos das normas ABNT.

Agradeço à Universidade Federal do Rio Grande do Sul, universidade pública, gratuita e de qualidade, pelas imensas oportunidades que recebi durante todo o curso. Sou muito grata ao Prof. Henrique Castro, não apenas pela orientação deste trabalho, mas pela atenção e os ensinamentos recebidos ao longo dos cinco anos de graduação. Agradeço aos membros da banca, a Prof. Sônia Ranincheski e o Prof. Leandro Valiati pelos valiosos comentários para o aprimoramento deste trabalho. Agradeço aos demais professores do curso de Relações Internacionais e a todos os funcionários da Faculdade de Ciências Econômicas por fazerem desta instituição um espaço de saber e acolhimento.

Aos professores e colegas do Núcleo de Estudos em Economia Criativa e da Cultura, onde surgiu a inspiração para o tema deste trabalho, sou muito grata pelas oportunidades de crescimento acadêmico e pessoal. Agradeço especialmente aos amigos Mariana, Débora, Eduardo, Artur, Camila, Karina, Pedro e Gustavo, que acompanharam de perto este último ano.

Agradeço com muito carinho a companhia dos amigos da Turma 10, com quem compartilhei muitas histórias e com quem aprendi muito, dentro e fora das salas de aula. Agradeço especialmente a Rafaela Serpa, Valeska Ferrazza, Thiago Silveira e Felipe Giordani. Dentre todos os outros amigos que tornaram essa jornada mais leve, agradeço em especial às queridas Amanda, Gabriela e Nicole pela amizade e apoio em todos os momentos.

## RESUMO

A partir do reconhecimento da horizontalização da política externa, este trabalho tem como objeto de pesquisa a participação do Ministério da Cultura na política externa no campo da cultura. O foco da análise se dá no período entre 2007 e 2015, embora sejam consideradas as mudanças observadas no MinC a partir de 2003. A hipótese do trabalho é que o MinC passou a influenciar a agenda da política externa brasileira no que tange à cultura, incorporando suas próprias diretrizes e princípios à diplomacia cultural brasileira. Como consequência, afirmamos que o MinC detém papel de ator de política externa. Para verificar a pertinência dessa afirmação, o objetivo geral do trabalho consiste em verificar a presença de diretrizes da política nacional de cultura, competência do MinC, na política externa brasileira. Essa análise é complementada pela revisão das competências internacionais atribuídas formalmente ao Ministério da Cultura. Foram aplicados métodos qualitativos de pesquisa, combinando perspectivas teóricas e metodológicas da Análise de Política Externa e da Análise de Políticas Públicas. Ao longo do trabalho foi verificada o poder de agência do Ministério na política externa, tanto formal quanto informalmente.

**Palavras-chave:** Política cultural. Política externa brasileira. Ministério da Cultura. Diplomacia cultural.

## **ABSTRACT**

Following the acknowledgement of the horizontalization of foreign policy, this work aims at studying the participation of the Brazilian Ministry of Culture (MinC) in foreign policy in the cultural field. The analysis focuses on the period between 2007 and 2015, although the changes observed in the Ministry from 2003 onwards are taken into account. The hypothesis is that the MinC began to influence the Brazilian foreign policy agenda with regard to culture, incorporating its own guidelines and principles into the Brazilian cultural diplomacy. Therefore, we assert that MinC holds the role of foreign policy actor. To verify the pertinence of this statement, the general objective of the work is to verify the presence of guidelines of the national cultural policy, attributed to MinC, in Brazilian foreign policy. This analysis is complemented by a review of the international attributions formally assigned to the Ministry of Culture. Qualitative research methods were applied combining the theoretical and methodological perspectives of the Foreign Policy Analysis and the Analysis of Public Policies. Our work verified the Ministry's agency power in foreign policy, both formally and informally.

**Keywords:** Cultural policy. Brazilian foreign policy. Ministry of Culture. Cultural diplomacy.

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABC	Agência Brasileira de Cooperação
ANCINE	Agência Nacional do Cinema
BRICS	Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul
CAACI	Conferência das Autoridades Cinematográficas e Audiovisuais da América Latina
CCBM	Comissariado da Cultura Brasileira no Mundo
CECIC	Comissão de Economia Criativa e Indústrias Culturais do Mercosul
CELAC	Comunidade de Estados Latino-americanos e Caribenhos
CFC	Conselho Federal de Cultura
CNC	Conferência Nacional de Cultura
CNPC	Conselho Nacional de Políticas Culturais
CPLP	Comunidade dos Países de Língua Portuguesa
DEINT	Departamento de Promoção Internacional da Cultura Brasileira
DOCTV	Programa de Fomento à Produção e Teledifusão do Documentário Brasileiro
DRI	Diretoria de Relações Internacionais / MinC
EBC	Empresa Brasileira de Comunicações
IBRAM	Instituto Brasileiro de Museus
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
FBN	Fundação Biblioteca Nacional
FUNARTE	Fundação Nacional de Artes
MEC	Ministério da Educação
MERCOSUL	Mercado Comum do Sul
MinC	Ministério da Cultura
MRE	Ministério das Relações Exteriores
OEA	Organização de Estados Americanos
OEI	Organização dos Estados Ibero-americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura
OMC	Organização Mundial de Comércio
OMPI	Organização Mundial de Propriedade Intelectual
PEB	Política Externa Brasileira
PNC	Plano Nacional de Cultura
SADI	Secretaria de Articulação e Desenvolvimento Institucional



SAV	Secretaria do Audiovisual / MinC
SEC	Secretaria de Economia Criativa
SEGIB	Secretaria-Geral Ibero-Americana
SICSUL	Sistema de Informação Cultural do Sul
SNC	Sistema Nacional de Cultura (SNC)
SNIC	Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais
SPHAN	Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
UNASUL	União de Nações Sul-americanas
UNCTAD	Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

## SUMÁRIO

1	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	9
2	<b>POLÍTICA EXTERNA, POLÍTICAS PÚBLICAS E POLÍTICA CULTURAL</b> .	13
2.1	POLÍTICA EXTERNA E POLÍTICAS PÚBLICAS .....	13
2.2	ATORES E AGENDA POLÍTICA .....	16
2.3	A CULTURA COMO OBJETO DA POLÍTICA PÚBLICA E DA DIPLOMACIA ..	18
3	<b>DIRETRIZES DA POLÍTICA CULTURAL NO BRASIL</b> .....	23
3.1	POLÍTICA CULTURAL EXTERNA .....	25
3.2	NOVAS DIRETRIZES PARA A POLÍTICA NACIONAL DE CULTURA.....	27
3.3	O PLANO NACIONAL DE CULTURA .....	29
3.3.1	<b>Fortalecer a ação do estado no planejamento e na execução das políticas públicas culturais</b> .....	31
3.3.2	<b>Incentivar, proteger e valorizar a diversidade artística e cultural brasileira</b> .....	32
3.3.3	<b>Universalizar o acesso à fruição e à produção cultural</b> .....	32
3.3.4	<b>Ampliar a inserção da cultura no desenvolvimento socioeconômico sustentável</b> .	32
3.3.5	<b>Consolidar os sistemas de participação social na gestão das políticas culturais</b> ...	33
3.4	A QUESTÃO INTERNACIONAL NO PLANO NACIONAL DE CULTURA .....	33
3.5	PRERROGATIVAS DO SISTEMA MINC PARA A INTERNACIONALIZAÇÃO DA CULTURA BRASILEIRA .....	37
4	<b>A AGENDA DE POLÍTICA CULTURAL EXTERNA DO BRASIL</b> .....	40
4.1	AGENDA BILATERAL: INTERCÂMBIO E COOPERAÇÃO CULTURAL .....	42
4.2	COOPERAÇÃO TÉCNICA EM CULTURA .....	46
4.3	TRANSFERÊNCIA DE POLÍTICAS E PROGRAMAS CULTURAIS .....	49
4.4	FEIRAS INTERNACIONAIS .....	51
4.5	FOROS MULTILATERAIS .....	53
4.6	MINC E MRE NA POLÍTICA CULTURAL EXTERNA.....	54
5	<b>CONCLUSÃO</b> .....	56
	<b>REFERÊNCIAS</b> .....	60
	<b>APÊNDICE A – LISTA DE ATOS INTERNACIONAIS CONSULTADOS</b> .....	66

## 1 INTRODUÇÃO

Ao longo das últimas décadas, observou-se uma crescente importância da cultura nas relações internacionais e, mais especificamente, na política externa dos Estados, inclusive do Brasil. Além dos reflexos desse processo sobre a teoria e a prática das relações internacionais, também é importante observar o que a crescente incorporação da cultura na política externa brasileira significa em termos da organização interna das instituições dedicadas à diplomacia. Sendo assim, o presente trabalho tem como objeto de estudo o processo recente de internacionalização do Ministério da Cultura brasileiro (MinC).

Parte-se da compreensão de que a dimensão cultural ganhou relevo na política externa brasileira (PEB) ao longo dos anos 2000. O contexto internacional favorável aliado a um novo projeto de governo a partir de 2003 é apontado como causa da emergência do fator cultural na PEB por alguns trabalhos na literatura especializada (LESSA, 2014; BARÃO, 2012). Tradicionalmente a cargo do Departamento Cultural do Itamaraty, a diplomacia cultural brasileira vem contando com a participação de outros órgãos governamentais, sendo de especial importância a progressiva participação do Ministério da Cultura e das entidades vinculadas a ele. Ou seja, não só a cultura ganhou importância na agenda de política externa brasileira, como também mudou a distribuição desta pauta entre os agentes governamentais, com um papel maior assumido pelo Ministério da Cultura na divisão de tarefas com o Ministério das Relações Exteriores (MRE).

Pode ser citada como exemplo a participação dos ministros e funcionários do MinC na assinatura de acordos de cooperação cultural, no desenvolvimento de projetos de cooperação técnica bilaterais e na participação em eventos internacionais. Outra evidência do crescimento das políticas internacionais na agenda do MinC é o desenvolvimento de uma equipe especializada em cooperação cultural internacional. No início dos anos 2000, os assuntos internacionais eram tratados por uma assessoria em cooperação internacional diretamente ligada ao ministro. Com a crescente demanda de atuação, a assessoria se transformou, em 2008, em Diretoria de Relações Internacionais (DRI) ligada à Secretaria Executiva, sendo hoje o Departamento de Promoção Internacional da Cultura Brasileira (DEINT), integrante da Secretaria de Articulação e Desenvolvimento Institucional (SADI).

Este processo não é particular ao MinC, à área cultural, nem mesmo à política externa brasileira. A chamada “horizontalização da política externa” é um fenômeno global que vem sendo observado por pesquisadores no Brasil e no exterior. Estes detectaram a ampliação do escopo da agenda internacional acompanhada pelo aumento de agentes nacionais envolvidos

em negociações internacionais (HILL, 2003; FRANÇA; BADIN, 2010; MILANI; PINHEIRO, 2013). Há múltiplos efeitos e causas implicados neste processo. Se por um lado a construção da política externa se vê mais complexa pela multiplicação de temas e agentes, as políticas públicas internas afetam e são afetadas pelas relações internacionais, hoje mais do que nunca.

A inspiração para o tema e parte das fontes primárias utilizadas são produtos do trabalho realizado junto ao Núcleo de Estudos em Economia Criativa e da Cultura (NECCULT/UFRGS) em uma parceria entre o Ministério da Cultura e a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) para sistematização e catalogação de documentos eletrônicos da Diretoria de Relações Internacionais do MinC. Do contato com os arquivos internacionais do Ministério obtido na função de assistente de pesquisa, surgiu o questionamento acerca dos significados e consequências daquelas ações que estavam sendo documentadas. A hipótese deste trabalho é que na última década o MinC, além de apoiar as ações culturais do Itamaraty, passou também a influenciar a agenda da política externa brasileira no que tange à configuração do campo cultural, incorporando suas próprias diretrizes e princípios à diplomacia cultural brasileira. Como consequência, pode-se dizer que o MinC detém papel de ator de política externa.

Para verificar a pertinência dessa afirmação, o objetivo geral do trabalho consiste em verificar a presença de diretrizes da política nacional de cultura, competência do MinC, na política externa brasileira. Em termos específicos, este objetivo se divide em: delinear quais são as diretrizes da política nacional de cultura atribuídas ao Ministério e analisar o conteúdo dos atos internacionais firmados pelo Brasil sobre assuntos culturais à luz destas diretrizes. Essa análise é complementada pela revisão das competências internacionais atribuídas formalmente ao Ministério da Cultura. Foram aplicados métodos qualitativos de pesquisa, combinando perspectivas teóricas e metodológicas da Análise de Política Externa e da Análise de Políticas Públicas.

Além de ser um produto acadêmico baseado na aplicação dos materiais coletados pela consultoria institucional prestada ao Ministério, esta pesquisa justifica-se pelo fato já apontado por autores como Suppo e Lessa (2014), Barão (2012) e Novais (2013) de que, embora a dimensão cultural venha ganhando destaque nas relações internacionais, inclusive do Brasil, a produção acadêmica sobre o assunto ainda é modesta. Em alguns países, sobretudo os desenvolvidos, o papel da cultura na política internacional já é reconhecido e estudado há mais tempo. No Brasil, no entanto, o estudo da dimensão cultural das relações internacionais - e da diplomacia cultural especificamente - é recente e ainda conta com poucos trabalhos publicados sobre o tema. Isto se relaciona diretamente com o fato de que a diplomacia cultural detinha um papel residual na PEB até pouco tempo atrás.

Adiciona-se a isto o fato de que, conforme Paschalidis (2009), no campo de estudo das políticas culturais, existe uma tendência em priorizar as políticas domésticas, sendo poucas as pesquisas que se concentram na análise das políticas culturais voltadas ao exterior. No Brasil, podemos observar essa mesma tendência. De maneira geral, existem poucos trabalhos dedicados à atuação internacional do Ministério da Cultura, embora muito tenha sido produzido sobre políticas, programas e ações do mesmo no interior do país. Cabe dizer que o próprio Ministério peca na divulgação dos seus esforços, pois não dá a conhecer sua ação externa de forma pública e sistemática. Assim, percebe-se um espaço fértil, mas pouco trabalhado, que se encontra na intersecção entre os estudos de política externa, de políticas públicas e de políticas culturais, e que é necessário para compreender melhor a política cultural internacional.

Além de buscar contribuir para os estudos sobre a diplomacia cultural brasileira, este trabalho também é um estudo da política externa brasileira a partir de uma abordagem centrada nos atores e que incorpore à análise a maior abrangência temática das relações internacionais e consequente participação de órgãos especializados do governo além do corpo diplomático. Trata-se de uma tentativa de estudar empiricamente esse processo a partir do caso específico da política cultural brasileira. Como Valerie Hudson (2005) defende, a abordagem centrada nos atores da análise de política externa é a melhor aproximação conceitual para a base empírica das relações internacionais e se encontra na intersecção entre todos os campos das ciências sociais e das políticas públicas em seu aspecto internacional.

Para responder aos objetivos propostos, este trabalho se apoia sobre a análise de fontes primárias, especificamente as normas que regem a política de cultura do MinC e os documentos internacionais firmados pelo Brasil na última década<sup>1</sup>, e na leitura de bibliografia a respeito da política cultural do Brasil na esfera internacional. Os objetivos e diretrizes propostos ao Ministério da Cultura são contrastados com as realizações do mesmo no sistema internacional. É necessário apontar que há uma limitação ao alcance possível do trabalho relacionada às fontes utilizadas. Embora tenha sido reunido um conjunto grande de documentos, alguns detalhes sobre as motivações e modelos de interações dos agentes governamentais envolvidos nas ações estudadas não estão disponíveis nos acordos, protocolos e decretos analisados e só podem ser devidamente apreendidos com uma pesquisa de campo. Dessa forma, este trabalho tem um

---

<sup>1</sup> Como mencionado, parte da análise utiliza uma base de documentos internacionais organizada em um projeto desenvolvido no Núcleo de Estudos em Economia Criativa e da Cultura (NECCULT/UFRGS) em parceria com o MinC. Os acordos internacionais estão disponíveis, em sua maioria, na base de dados da Divisão de Atos Internacionais do Ministério das Relações Exteriores (DAI-MRE), disponível em <<https://concordia.itamaraty.gov.br/>>. Os demais estão disponíveis na página do MinC. A lista completa dos acordos bilaterais pode ser consultada no Apêndice A.

caráter exploratório e busca sistematizar uma série de informações disponíveis e pouco estudadas seguindo parâmetros propostos de acordo com os princípios e modelos de atuação do Ministério da Cultura.

Além desta introdução, o trabalho conta com outros três capítulos e uma Conclusão. O Capítulo 2 apresenta os aspectos teóricos que fundamentam o trabalho a partir de contribuições do campo da Análise de Política Externa, do campo de Políticas Públicas e dos estudos de políticas culturais. O Capítulo 3 aborda as diretrizes que vêm guiando a política cultural no Brasil, tanto interna quanto externamente, e apresenta as atribuições e competências delegadas ao Ministério da Cultura como formulador e executor de política cultural. Por fim, o quarto capítulo destaca as ações externas em que o MinC teve uma participação relevante, seja diretamente – como instituição responsável pelas ações –, seja indiretamente – influenciando a agenda para incorporar os seus valores e objetivos. Na Conclusão, os principais resultados do trabalho são retomados e sugere-se algumas questões para o avanço da pesquisa sobre o tema.

## 2 POLÍTICA EXTERNA, POLÍTICAS PÚBLICAS E POLÍTICA CULTURAL

Antes de discutir as especificidades do objeto desta pesquisa, são necessárias algumas qualificações sobre os conceitos e métodos que orientam este trabalho. Desse modo, a seção 2.1 trata das relações teóricas e práticas da política externa com as políticas públicas. Em seguida, discute-se o conceito de ator e agência, centrais para os objetivos deste trabalho. A seção 2.3 aproxima a discussão do tema das políticas culturais e aborda os diferentes conceitos utilizados para tratar a ação externa na área da cultura.

### 2.1 POLÍTICA EXTERNA E POLÍTICAS PÚBLICAS

Ao adotar como problema de pesquisa o estudo das influências de um órgão sobre a política externa brasileira, está implícita uma visão pluralista e interdisciplinar da política externa. Este trabalho é influenciado por pesquisadores que têm se dedicado a propor novas abordagens à análise de política externa, rompendo com os preceitos realistas que dominaram as relações internacionais no último quarto do século XX (HILL, 2003; HUDSON, 2005; MILANI; PINHEIRO, 2013).

Nesse sentido, destaca-se em primeiro lugar o olhar da Análise da Política Externa no processo decisório e nas relações entre os agentes que acontecem dentro das fronteiras nacionais – trata-se de abrir a chamada “caixa preta” do Estado, como os autores normalmente se referem ao processo interno de tomada de decisão que antecede a ação externa. Christopher Hill (2003) define política externa como o conjunto de relações externas oficiais levadas a cabo por um ator independente nas relações internacionais, geralmente um Estado. Já Milani e Pinheiro (2013) delimitam o conceito restringindo a política externa à ação externa dos Estados, que assumem responsabilidades e contam com a chancela política, institucional e jurídica, em oposição à ação internacional de outros tipos de atores, como empresas transnacionais, movimentos sociais etc.

A análise de política externa, por sua vez, é o campo dedicado a estudar as motivações e outras fontes de comportamento destes atores internacionais, com foco no processo de tomada de decisão e buscando ir além das declarações dos próprios representantes do Estado. Desde a ruptura com a abordagem monolítica da política externa entre os anos 1950/1960, o campo de Análise de Política Externa pode ser considerado pluralista em sua essência (HILL, 2003). Atualmente, diversos pesquisadores brasileiros e estrangeiros se dedicam a recuperar essa abordagem, após algumas décadas sob o predomínio da visão do realismo estrutural consagrada por Waltz em 1979 (MILANI; PINHEIRO, 2013).

A segunda suposição presente neste trabalho é que não existe uma lista limitada de temas ou áreas que sejam válidas ou dignas de análise. Isto não significa que todos os assuntos sejam tratados da mesma maneira, mas trata-se justamente de compreender que a decisão sobre quais assuntos são ou não relevantes é um ato político. Como aponta Hill (2003), cada vez mais há questões de competência tradicionalmente interna que figuram no centro dos debates internacionais, o que limita de certa forma a compreensão da política externa a partir do foco no corpo diplomático. Além disso, o autor destaca que o conteúdo intrínseco de uma questão não explica o grau de importância que receberá nas relações externas entre Estados e demais atores, nem a forma como será tratado.

Hill (2003) procura apresentar uma visão das mudanças políticas que permeiam a política externa dos atores internacionais na entrada do século XXI, cujas principais fontes seriam o fim da Guerra Fria, a globalização econômica e o desafio à ordem de Westfalia representado pelo direito humanitário à intervenção. O autor discorda de muitas análises fatalistas sobre os rumos do Estado em tais condições, alegando que ainda há espaço para o Estado nas relações internacionais. Ainda assim, detecta duas alterações importantes. Em primeiro lugar, o fato de que muitos problemas públicos dependem de resoluções a nível internacional, como os problemas climáticos, por exemplo. Esse contexto leva ao surgimento de mais agentes nacionais interessados e atuantes nas relações internacionais (HILL, 2003). Percebe-se então o aumento de órgãos governamentais, como ministérios e agências reguladoras, com setores especializados em negociações internacionais (FRANÇA; BADIN, 2010). O mesmo ponto de vista é defendido por Milani e Pinheiro:

[...] as relações internacionais, na atualidade, não apenas englobam um leque mais amplo de questões (meio ambiente, direitos humanos, migrações, pobreza, internacionalização da educação, da saúde e da cultura, cooperação para o desenvolvimento etc.) que demandam conhecimentos e expertises particulares, como também implicam, de forma cada vez mais densa e institucionalizada, uma diversidade de atores agora envolvidos em inúmeros assuntos internacionais (2013, p. 15).

A consequência destas tendências é que a política externa passa a importar não somente como atributo de estatalidade, mas também como meio para responder a demandas sociais ao Estado, tanto internas quanto externas. Nesse sentido, Hill afirma:

Existe, afinal, um sério problema de múltiplas responsabilidades que agora enfrentam os tomadores de decisão. De formas diversas, eles são responsáveis por: eleitores, interesses especiais ativos no exterior, aliados, expatriados, a humanidade como um todo, gerações futuras, aqueles que partilham da mesma visão, primos linguísticos, leis internacionais e princípios de ordem, as Nações Unidas, povos que necessitam de



assistência emergencial, grupos com reivindicações históricas. A lista poderia ser estendida. (HILL, 2003, p. 23, tradução nossa<sup>2</sup>).

Isto significa que a política externa fica cada vez mais sujeita ao escrutínio observado às demais políticas públicas - segundo critérios como responsabilidade, justiça, eficácia, legitimidade. Emerge então a questão da participação social na formulação da política exterior, que pode legitimar as decisões dos atores, mas acarreta custos de coordenação e resoluções de conflitos (SECCHI, 2013).

Isto nos leva ao terceiro ponto: analisar a política externa como política pública. As políticas públicas em geral são definidas como diretrizes, programas ou ações elaboradas para enfrentar problemas públicos, isto é, alterar a realidade pública buscando uma situação ideal possível (SECCHI, 2013). Se a política externa é “o Estado e o governo em ação no plano internacional”, como propõem Milani e Pinheiro (2013) e se ela responde às responsabilidades internas e externas (HILL, 2003), ela não deixa de ser uma política pública, na medida em que é a busca da obtenção de interesses nacionais - ou seja, alteração da situação doméstica ou internacional - por meio da manipulação do contexto internacional. Abordar a política externa como uma política pública evidencia seu caráter transitório e permite estudar os processos e as causas de determinadas escolhas feitas pelos governos (MILANI; PINHEIRO, 2013).

Além disso, ressalta-se que as políticas públicas setoriais (de educação, saúde, cultura, segurança) também têm um aspecto internacional. Articula-se, assim, uma convergência entre as políticas públicas e política externa que pode ser incorporada à análise. Seguramente, a política externa difere das demais políticas estatais pois é dirigida especificamente para o ambiente externo, enquanto estas costumavam ser geradas e implementadas no ambiente doméstico. Mas como Milani e Pinheiro defendem, “já está distante dos nossos dias a ideia de que as políticas públicas se originam ou mesmo se dirijam apenas ao plano interno. Da mesma forma, nada mais superado do que a ideia realista clássica de que a política externa nasce onde termina a política interna.” (MILANI; PINHEIRO, 2013, p. 23). Isto fica ainda mais claro quando consideramos especificamente a política externa na área da cultura, da qual tratamos na seção 2.3. Se por um lado as ações de difusão cultural (exposições, residências artísticas etc.), típicas da diplomacia cultural, são em si uma política pública ao satisfazer anseios da classe

---

<sup>2</sup> Do original em inglês: “There is, after all, a serious problem of multiple responsibilities now facing decision-makers. They are responsible to, variously: voters, special interests active abroad, allies, expatriates, humanity as a whole, future generations, the like-minded, linguistic cousins, international law and principles of order, the United Nations, peoples requiring emergency assistance, those with historical claims. The list could be extended.”

artística nacional, programas e políticas culturais domésticas têm figurado nos projetos de cooperação internacional brasileiros, como veremos no capítulo 4.

## 2.2 ATORES E AGENDA POLÍTICA

Há diferentes abordagens sobre a agência no campo das políticas públicas, assim como na análise de Política Externa. O primeiro ponto a esclarecer é o que, afinal, configura um ator de política externa, ou de política pública em geral. Secchi (2013) resume de maneira geral o conceito de ator na literatura da ciência política como os indivíduos, grupos ou organizações que desempenham um papel na arena política. Nas políticas públicas, o autor considera que os atores relevantes são os indivíduos ou coletivos capazes de influenciar direta ou indiretamente o seu conteúdo e os seus resultados (SECCHI, 2013). Para Hill (2003), um ator é uma entidade capaz de tomar decisões e atuar em um dado contexto, sendo que os principais atores de política externa são aqueles formalmente responsáveis pela tomada de decisão em um Estado ou outra unidade do sistema internacional. As atribuições formais a papéis de liderança na política externa não são sinônimos de poder real, mas Hill (2003) argumenta que a própria posição privilegiada na estrutura formal do Estado é capaz de beneficiar e dar poder a quem está designado, pois atores de alto escalão ganham espaço para influenciar eventos de acordo com suas qualidades políticas e pessoais, a natureza do assunto em questão e as estruturas políticas do Estado.

Um aspecto importante no estudo dos atores políticos é o processo de definição da agenda. Trata-se do processo pelo qual um tema e possíveis alternativas de políticas ganham ou perdem atenção do público e das autoridades governamentais. A literatura divide a agenda pública em vários níveis: universo de agenda, agenda sistêmica, agenda institucional e agenda de decisão (BIRKLAND, 2007). Dois desses níveis recebem maior atenção: a agenda política ou sistêmica - conjunto de problemas percebidos pela comunidade política -, e a agenda formal ou institucional - conjunto de problemas que o poder público decide enfrentar (SECCHI, 2013). Neste trabalho, aborda-se especificamente a agenda formal, por se tratar de políticas formuladas e implementadas por órgãos ministeriais, embora estas sejam obviamente influenciadas pelo contexto político mais amplo.

A formação da agenda é relevante para o estudo dos atores em uma política, pois permite descrever o processo através do qual os grupos conseguem elevar problemáticas à agenda pública e negam a outros grupos a oportunidade de colocar suas questões (BIRKLAND, 2007). Existem diferentes explicações para o surgimento e a manutenção de um problema na agenda, dentre elas a teoria do equilíbrio pontuado de Baumgartner e Jones (1993) e o modelo de Cobb

e Elder (1983) a partir de três condições: atenção de diferentes atores, resolutividade, competência. De acordo com Secchi (2013, p. 99), “São os atores que têm influência na decisão do que entra ou não na agenda”.

Em uma política pública, podem atuar atores individuais e coletivos (SECCHI, 2013). Se existirem coerência interna e controle coletivo dos recursos utilizados, pode-se considerar uma instituição pública - neste caso, o MinC - um ator de política (DENTE; SUBIRATS, 2014). Para Hill (2003), um ator pode ser coletivo ou individual e apresenta padrões de comportamento que podem ser deliberados ou não, enquanto Secchi (2013) considera que atores coletivos envolvem necessariamente um elemento de intencionalidade. Segundo os autores Dente e Subirats (2014) e Secchi (2013), essa questão é na verdade um problema empírico. Cabe destacar também que nem todos os agentes interessados em uma política detêm o status de atores, pois não necessariamente têm o poder de influir no processo ou estão organizados coletivamente para tanto (DENTE; SUBIRATS, 2014).

O relacionamento entre os atores envolvidos pode assumir diferentes configurações. Cohen e Franco (2000) destacam a diferença de racionalidades que rege o comportamento de políticos e burocratas. Para os autores, são as diferentes racionalidades o principal complicador das relações, além da disputa por orçamento tradicionalmente tratada pelos estudos organizacionais (COHEN; FRANCO, 2000). No entanto, como Milani e Pinheiro (2013) destacam, o aumento de órgãos governamentais envolvidos com a política externa não acarreta apenas disputas interburocráticas e conflitos de interesses. Para os autores, "A própria inserção do conjunto dessas agências em um mesmo governo suscita a expectativa de que haja mais convergências do que propriamente divergências entre os integrantes." (MILANI; PINHEIRO, 2013, p. 33). A horizontalização suscita, com certeza, uma maior necessidade de coordenação e controle (HILL, 2003).

Considerando os conceitos expostos, o capítulo a seguir busca identificar quais seriam os interesses do Ministério da Cultura como ator coletivo através das diretrizes publicadas pelo mesmo ao longo da última década e avaliar em que medida tais diretrizes lograram influenciar o conteúdo da política externa brasileira relativa à cultura. Este esforço deverá ser precedido de algumas considerações sobre o caráter da política cultural (interna e externa) desempenhada pelo Estado brasileiro no passado. Antes disso, a seção 2.3 apresenta uma discussão sobre os conceitos ligados à política cultural doméstica e às abordagens sobre política cultural voltada ao exterior.

### 2.3 A CULTURA COMO OBJETO DA POLÍTICA PÚBLICA E DA DIPLOMACIA

Embora a relação entre Estado e cultura exista há milênios, a inclusão da cultura no rol de políticas de Estado é relativamente recente (CALABRE, 2009). Além disso, algumas especificidades do campo cultural levaram ao predomínio do termo política cultural e o afastamento dos temas de cultura no campo analítico das políticas públicas. Entretanto, segundo a pesquisadora Lia Calabre (2009), na esfera pública, as políticas culturais devem seguir a mesma racionalidade que rege as demais políticas públicas.

O termo “política cultural” surgiu em meados do século XX e foi definido pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura - UNESCO (1969) como princípios, práticas e procedimentos administrativos e orçamentários que fundamentam a ação cultural pelo Estado de forma consciente e deliberada, a fim de atender a certas necessidades culturais do país. Geralmente a política cultural se destina à produção, distribuição e fruição de bens e serviços culturais, ao patrimônio histórico ou à própria organização da gestão cultural (COELHO, 1997). Uma política cultural pode afetar as normas regulatórias ou intervir diretamente no processo cultural (COELHO, 1997), assim como as demais políticas públicas. García Canclini (2001) resume as definições presentes na bibliografia da seguinte maneira:

[...] conjunto de intervenções realizadas pelo Estado, por instituições civis e por grupos comunitários organizados a fim de orientar o desenvolvimento simbólico, satisfazer as necessidades culturais da população e obter consenso para um tipo de ordem ou transformação social (GARCÍA CANCLINI, 2001, p.65, tradução nossa<sup>3</sup>).

Segundo Teixeira Coelho (1997), a função de obter consenso para alguma ordem política é apenas uma das motivações da política cultural, sendo o propósito da difusão cultural muito mais comum e antiga. A difusão cultural parte de um entendimento de que existe um núcleo positivo de expressões culturais em uma dada sociedade que deve ser levado ao alcance do maior número de pessoas possível. Outra fonte para a formulação de políticas culturais é a resposta das autoridades a demandas sociais, de forma reativa (COELHO, 1997). Além disso, Calabre (2009) aponta que a forma como se definem as necessidades culturais da população, presentes em nas definições acima, varia conforme formas de governo mais ou menos democráticas. Atualmente, entende-se que

[a política cultural] se trata de uma política pública que deve ser, necessariamente,

---

<sup>3</sup> Do original em espanhol: “[...] conjunto de intervenciones realizadas por el estado, las instituciones civiles y los grupos comunitarios organizados a fin de orientar el desarrollo simbólico, satisfacer las necesidades culturales de la población y obtener consenso para un tipo de orden o de transformación social”.

elaborada a partir de um pacto entre os diversos agentes envolvidos (gestores, produtores, e consumidores) e não em um movimento de mão única por meio do qual o Estado determina o que será colocado em ação, quais práticas culturais deverão ser exercidas e consumidas pela população, ou, ainda, como será o atendimento dos interesses exclusivos das classes artísticas (CALABRE, 2009, p. 13).

O surgimento das políticas culturais no Ocidente é datado de meados do século XX, entre as décadas de 1930 e 1960 (RUBIM, 2009). Sua origem está na percepção das autoridades ao redor do mundo de que existe uma relação entre cultura e desenvolvimento, tema que integrou os debates na UNESCO a partir do final da década de 1960<sup>4</sup>. Conforme a Lessa (2014), nessa época a cultura passa a ser vista como funcional e é incluída no rol de políticas públicas dos Estados. Essa relação ganha diferentes abordagens ao longo do século XX. Antonio Albino Rubim (2009) enfatiza que a primeira emergência das políticas culturais na agenda política dos Estados, durante a década de 1970, tinha como elemento marcante a questão nacional; a legitimidade das políticas culturais estava baseada na construção ou consolidação de identidades nacionais. A partir da década de 1980, segundo Lessa (2014, p. 173), o processo de globalização impulsionou as possibilidades da cultura do ponto de vista econômico, suscitando, por outro lado, crescentes disputas econômicas e diplomáticas em nome da cultura.

Enquanto a maior parte dos trabalhos sobre política cultural se limita ao interior das fronteiras nacionais (PASCHADILIS, 2009), García Canclini (2001) coloca em questão a necessidade de ultrapassar os limites nacionais ao considerar políticas culturais tendo em vista o caráter globalizado das indústrias culturais. Embora o autor se refira estritamente ao campo cultural, essa abordagem se assemelha às visões sobre a política externa de Hill (2003) e Milani e Pinheiro (2013) que apresentamos no capítulo anterior, referentes à diluição de divisões claras entre políticas públicas internas e política externa. Nesse sentido, Canclini (2001) considera as políticas culturais internacionais dos países latino-americanos insuficientes. Para o autor, além da cooperação intergovernamental, seriam necessárias também políticas de regulação e de mobilização de recursos em escala internacional, de forma a potencializar as trocas interculturais entre membros de distintas culturas.

Existem alguns eventos no sistema internacional que demonstram justamente como a cultura e a política cultural interna são incorporadas à agenda internacional, extrapolando as fronteiras estatais. Em fóruns como a Organização Mundial de Comércio (OMC) e a Organização Mundial de Propriedade Intelectual (OMPI), têm lugar as discussões sobre a gestão de direitos de propriedade intelectual, que afetam profundamente a vida de artistas e

---

<sup>4</sup> A UNESCO teve importante papel em estudar, propor e disseminar políticas culturais ao redor do mundo (RUBIM, 2009).

demais profissionais ligados à cultura (LESSA, 2014). Outro assunto que ganhou destaque nos foros internacionais na passagem do século foi o tratamento de bens e serviços culturais, colocando em aparente oposição o livre comércio e a diversidade cultural (ÁLVAREZ, 2015).

Frente à proposta estadunidense de liberalização dos bens e serviços culturais e criativos segundo as regras da OMC, alguns países como França e Canadá defenderam sua singularidade como veículos de valor simbólico, o que justificaria a implementação de medidas de proteção do mercado local, como cotas de conteúdo nacional para as salas de cinema, por exemplo. O argumento da excepcionalidade dos bens culturais deu lugar à defesa pela diversidade das expressões culturais de cada país, defendida pelo Brasil e adotada por muitos países na Declaração de 2001 e na Convenção da UNESCO de 2005. Com este movimento, os países signatários reafirmaram o direito de cada Estado realizar políticas culturais com o fim de proteger e promover as culturas locais (LESSA, 2014; ÁLVAREZ, 2015).

A política executada pelos Estados em torno dessas questões relativas à política cultural nos foros internacionais no início do século XXI tem uma ligação bastante clara com as políticas públicas internas e é fundamentalmente distinta do que é normalmente caracterizado como diplomacia cultural. O diplomata Edgar Telles Ribeiro é considerado o primeiro acadêmico a abordar o tema da diplomacia cultural no Brasil, ainda em 1989, e definiu: “A diplomacia cultural [...] seria a utilização específica da relação cultural para a consecução de objetivos nacionais de natureza não somente cultural, mas também política, comercial ou econômica” (RIBEIRO, 2011, p. 33). Este conceito em geral está associado a uma visão da cultura como um instrumento de manutenção da paz. O intercâmbio cultural levaria a um melhor entendimento entre as nações e, assim, se diminuiria a chance de conflitos internacionais (RIBEIRO, 2011). O caso da política cultural externa da República Federativa da Alemanha é um caso de aplicação prática dessa visão (RIBEIRO, 2011).

No entanto, cada vez mais as pesquisas em cultura nas relações internacionais vinculam a política cultural externa de um Estado a ideias de projeção internacional e mesmo aquisição de poder. Essa visão pode ser percebida pela emergência de dois conceitos na produção acadêmica de RI: *soft power* e *nation-branding*. O conceito de marca-país, ou *nation-branding*, é definido como a combinação única de elementos culturais que diferencia e destaca um país frente a sua audiência (DINNIE, 2008) e faz parte da adoção dos instrumentais teóricos e práticos do *marketing* para as políticas nacionais (VARGA, 2013).

*Soft power*, ou poder brando, foi definido por Keohane e Nye (2012, p. 216) como a habilidade de um Estado em obter resultados desejados no sistema internacional a partir da atração e da persuasão sobre outros Estados, em oposição à coerção exercida pelo *hard power*.

Segundo os autores, o poder brando advém do apelo exercido pela cultura ou pelas ideias propagadas pela nação em questão ou de instituições e padrões internacionais que moldam as expectativas e preferências dos outros atores. Este poder confere a um Estado a possibilidade de convencer as outras nações a seguir normas e instituições favoráveis aos seus interesses sem necessariamente empregar a ameaça ou o uso da força (KEOHANE; NYE, 2012).

É necessário esclarecer que o conceito de Nye, embora tenha o mérito de introduzir a cultura no corpo central das teorias de relações internacionais, está carregado de um significado negativo, pois o uso do *soft power* foca na manipulação de fatores simbólicos por um Estado para competir no sistema internacional e obter objetivos egoístas. Além disso, a emergência desses novos conceitos distrai a academia do fato de que a utilização de fatores culturais na consecução de objetivos políticos internacionais é uma prática bastante antiga, tradicionalmente reconhecida como política de prestígio ou imagem externa (CULL, 2009).

Outra abordagem é a Nova Diplomacia Pública. Cull (2009) define diplomacia pública como a tentativa de um ator internacional de gerir o entorno internacional mediante o compromisso com um público estrangeiro, que difere da diplomacia tradicional, baseada no compromisso direto entre atores internacionais. Em uma taxonomia recente, o autor distingue cinco mecanismos que compõem a diplomacia pública: escuta, defensoria, diplomacia cultural, intercâmbios e radiodifusão. A diplomacia cultural é definida como a tentativa de interferir no entorno internacional disseminando seus recursos culturais ou facilitando o intercâmbio e a transmissão da produção cultural nacional no exterior (CULL, 2009). A ideia da diplomacia pública em sua vertente atual tem como aspecto importante o intercâmbio e a relação de mutualidade que permeiam as interações entre atores nacionais e estrangeiros (CULL, 2009). Nesse sentido, entende-se as políticas de intercâmbio e de diplomacia cultural como elementos de troca e benefício mútuo sem desconsiderar objetivos de políticas públicas, em uma perspectiva que se aproxima daquela exposta por Ribeiro (2011).

Nenhuma dessas abordagens apreende de forma adequada a inter-relação da diplomacia com a política cultural doméstica. Por isso, ao longo do trabalho predomina o uso do conceito de política cultural externa, ou internacional. Lembrando as colocações de Canclini (2001), este fenômeno da política cultural internacional pode – e segundo o autor, deve – abarcar uma série de aspectos além da cooperação cultural em curso desde o século passado, incluindo as questões regulatórias e distributivas para estimular as relações culturais com os países parceiros. Além disso, as mudanças nos fluxos globais que vêm ocorrendo na última década modificaram o caráter da cooperação internacional em cultura. Segundo Brun, Benito e Canut (2008), esta costumava ser conformada por trocas bilaterais promovidas exclusivamente entre uma agência

governamental e sua homóloga em outro país, mas cada vez mais é formada por redes entre diferentes atores, o que diminui a centralidade dos Estados na cooperação cultural. No entanto, essa afirmação deve ser relativizada: os Estados seguem implementando projetos de intercâmbio e cooperação cultural, tanto em âmbito bilateral quanto em novos modelos multilaterais e em rede. Isto é, a cooperação cultural continua sendo um instrumento de política externa para muitos países (BRUN; BENITO; CANUT, 2008).

A partir da compreensão deste novo panorama mais plural das políticas culturais, com diversos atores, Rubim declara:

[...] as políticas culturais devem ser desenvolvidas interagindo com fluxos provenientes das dimensões nacionais, globais, regionais e locais, mas também buscando incorporar e articular um conjunto bastante variado de agentes culturais; estados nacionais, subnacionais (estaduais e municipais), supranacionais (organismos multilaterais); sociedade civil; empresas; grupos sociais e culturais etc. Este desafio pode e deve ser enfrentado através da construção de efetivas políticas públicas de cultura, nas quais os diferentes agentes culturais sejam incluídos e tenham garantias de participação e deliberação (RUBIM, 2009, p. 109).

Este é um dos desafios encarados pelos atores da política cultural brasileira no século XXI. Este capítulo apresentou de forma resumida um panorama das tendências e desafios recentes que afetam tanto a política externa quanto as diversas políticas públicas setoriais, especialmente as culturais e algumas abordagens acadêmicas a este fenômeno. No capítulo a seguir, essas considerações de alcance geral são substituídas pelos desenvolvimentos específicos do caso brasileiro recente de determinação de diretrizes e competências para a formulação de políticas culturais.



### 3 DIRETRIZES DA POLÍTICA CULTURAL NO BRASIL

No Brasil, as primeiras políticas culturais datam da década de 1930, tanto na esfera nacional quanto em nível estadual. Segundo Calabre (2009), é nesse período que se articulam de forma consistente e organizada as iniciativas do Estado brasileiro voltadas para os setores culturais. Em 1937 foi criado o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) dedicado ao estudo, registro, proteção e difusão do patrimônio brasileiro. Além do SPHAN, o governo Vargas, através tanto do Ministério da Educação e da Saúde Pública quanto do Departamento de Propaganda e Difusão Cultural - antecessor da Divisão de Informação e Propaganda -, elaborou ações para todos os setores culturais, com destaque para o teatro, a radiodifusão e o audiovisual. O governo visava, a partir de iniciativas culturais, difundir a educação e promover a unidade nacional (CALABRE, 2009).

No período pós-II Guerra Mundial até os anos 1960, o campo cultural foi desenvolvido fundamentalmente pela iniciativa privada, cabendo ao Estado brasileiro regulamentar o setor e dar continuidade às instituições criadas no período anterior (CALABRE, 2009). No período militar, as políticas culturais ganharam novo ímpeto. Como mencionado anteriormente, o final da década de 1960 e a década de 1970 assistiram à emergência das políticas culturais internacionalmente (RUBIM, 2009). Esse momento coincidiu com a visão interna que inseria a cultura nos processos de desenvolvimento e modernização desenvolvidos no Brasil, embora com um forte apelo ao controle e à supervisão das manifestações culturais (REIS, 2009; CALABRE, 2009).

Ao longo da década de 1970, houve então um processo de institucionalização da política cultural. Estruturou-se um sistema nacional para gestão de política cultural sob coordenação e supervisão do Conselho Federal de Cultura (CFC), que prestava apoio a iniciativas estaduais e municipais de fomento cultural condicionado à criação de conselhos de cultura locais (CALABRE, 2009). O CFC foi responsável pela elaboração do primeiro Plano Nacional de Cultura, concretizado em 1975, cujo objetivo de “apoiar e incentivar as iniciativas culturais de indivíduos e grupos e de zelar pelo patrimônio cultural da Nação” (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA *apud* REIS, 2008, p. 81). Embora o CFC enfrentasse limitações financeiras e legais ao seu poder executivo, Calabre (2009) considera que o órgão teve existência e atuação efetivas. Outras instituições culturais foram criadas ao longo dos anos 1970 e início dos 1980, culminando na Secretaria de Cultura (1981) e finalmente no Ministério da Cultura (1985) (REIS, 2008). Anita Simis (2007), no entanto, critica a política cultural brasileira anterior aos anos 1980. Nas palavras da autora, “[...] o que estava mais próximo de ser uma

política cultural foram diretrizes conservadoras, de caráter clientelístico, por vezes pluralista e assistencial” (SIMIS, 2007, p. 152).

Já no período da redemocratização, a relação do Estado brasileiro com a cultura e as políticas culturais foi objeto de processos contraditórios. Em 1985, a pasta da cultura foi dissociada da educação com a criação do Ministério da Cultura. Ao longo do governo Sarney, mais instituições foram criadas: a Secretaria de Apoio à Produção Cultural (1986); a Fundação Nacional de Artes Cênicas (1987); a Fundação do Cinema Brasileiro (1987); Fundação Nacional Pró-Leitura, composta pela Biblioteca Nacional e pelo Instituto Nacional do Livro (1987) e Fundação Palmares (1988) (RUBIM, 2011). Em 1986 foi promulgada a chamada Lei Sarney, sancionando o dispositivo das renúncias fiscais como modelo de financiamento à cultura, que seria mais tarde aprofundado com a Lei do Audiovisual e a Lei Rouanet.

Por um lado, a reorganização dos órgãos federais dedicados à cultura, assim como o reconhecimento no Artigo 215 da Constituição Federal de 1988 do papel do Estado em garantir o acesso à cultura, apontavam para uma preocupação do Estado com o campo cultural. Por outro lado, as leis de incentivo fiscal retiravam do Estado os fundos necessários para implementar políticas. Nas palavras de Rubim (2011, p. 16), a Lei Sarney “realiza um movimento aparentemente paradoxal, pois o governo, ao mesmo tempo, retrai e amplia o Estado no campo cultural”. Já Anita Simis (2007, p. 152) aponta que, embora a criação do MinC simbolizasse o reconhecimento da singularidade da política cultural, o órgão “não teve tempo de articular um projeto sistêmico”.

A instabilidade caracterizou os primeiros anos do Ministério da Cultura e demais órgãos federais da cultura, não só pela alta rotatividade de ministros no cargo desde sua criação, mas principalmente pelo desmonte do sistema federal de política cultural durante o governo Collor (RUBIM, 2011). Durante os oito anos da gestão Fernando Henrique Cardoso e Francisco Weffort, reestruturou-se o Ministério da Cultura e as leis de incentivo fiscal foram aperfeiçoadas (CALABRE, 2005). Frente à ausência de diretrizes, estratégias ou ações e ao foco da legislação publicada pelo MinC à época nos mecanismos de renúncia fiscal, Lia Calabre (2005) destaca que as leis de incentivo se tornaram a principal política nacional de cultura. Sobre este processo, Rubim (2009) afirma que a lógica do mercado substituiu a identidade nacional como principal fonte da política cultural brasileira.

Neste período, também se observou a relativa ausência da cultura na agenda internacional. Segundo Rubim,

A ausência do tema das políticas culturais no cenário internacional e brasileiro foi ocasionada, por conseguinte, pela pretensão do mercado de ser capaz de resolver a questão cultural na nova conformação societária que estava se constituindo com base no «pensamento único». Ou seja, pela prevalência do mercado sobre a política como modalidade de organização da sociedade e da cultura (2009, p. 101).

### 3.1 POLÍTICA CULTURAL EXTERNA

A política cultural do Brasil no exterior, assim como a política doméstica, se consolidou entre o período entre guerras e os anos 1980. Barão (2012) relaciona as diretrizes da diplomacia cultural brasileira aos paradigmas vigentes na política interna e externa brasileiras conforme as categorias criadas por Amado Cervo (2014). Entretanto, existe uma diferença importante entre a política cultural brasileira praticada dentro do território nacional e aquela projetada ao exterior - sobretudo durante o século XX. Esta última não tinha como objetivo primário satisfazer os interesses do campo cultural ou as necessidades culturais da sociedade brasileira, como esperado de uma política cultural. Isso tem implicações para o conteúdo propagado pela política e as principais instituições envolvidas.

De acordo com Dumont e Fléchet (2014), as duas principais metas da diplomacia cultural desde o estabelecimento do Serviço de Cooperação Intelectual em 1937, a defesa da identidade nacional e dos interesses econômicos brasileiros, mantiveram-se centrais ao longo do século. Para tanto, houve, em um primeiro momento, um descolamento entre a cultura popular exaltada internamente a fins de unidade nacional e a cultura erudita divulgada no exterior. Esse dualismo só foi vencido com a incorporação da cultura popular à diplomacia cultural, a partir dos anos 1960, quando seu valor econômico foi evidenciado pela grande aceitação da música e do cinema brasileiros pelo público estrangeiro (DUMONT; FLÉCHET, 2014). Ainda sobre a relação pragmática entre a diplomacia cultural e o campo artístico brasileiro, as autoras acrescentam:

De maneira geral, o objetivo de divulgação cultural reivindicado pelo Itamaraty precisa ser relativizado. Na maioria dos casos observados, a ação cultural do Itamaraty não nasceu do desejo de divulgar produções artísticas brasileiras ainda desconhecidas no mundo. Pelo contrário, foi a popularidade já adquirida por produções culturais brasileiras no exterior – principalmente no domínio do cinema e da música – que deu origem à introdução de políticas específicas, cujo objetivo era defender os interesses econômicos e estratégicos do país. Nessa perspectiva, a cultura popular apareceu a partir dos anos 1960 como um meio eficaz de promover os interesses do Brasil no exterior e de compensar a falta crônica de recursos do Departamento Cultural do Itamaraty, aproveitando os sucessos obtidos anteriormente no setor privado (DUMONT; FLECHÉT, 2014, p. 214).

Essa compreensão motiva a declaração da diplomata Mariana Madeira ao considerar as atribuições da diplomacia cultural:

Não se trata mais ou apenas de considerar o papel da cultura na superação de barreiras políticas e desconfianças mútuas – como no caso do relacionamento com países vizinhos –, ou mesmo na construção de novas parcerias internacionais. Em suma, a renovada importância de que goza a cultura deve servir, pelo menos, para que a diplomacia cultural transcenda o alcance de objetivos de política externa alheios ao campo cultural e para que essa vertente diplomática torne-se mais autônoma, no sentido de dotar-se de ações e metas próprias (MADEIRA, 2014, p. 223-224).

Essa perspectiva nos remete à questão da responsabilidade da política externa em responder a demandas internas e externas tratadas no capítulo 2. Aplicada ao campo cultural, entende-se que a política cultural externa não deveria ser um subproduto da PEB (diplomacia cultural tradicional), mas responder a demandas sociais tanto internas quanto externas. Como será visto no próximo capítulo, as demandas internas podem ser representadas no apoio à internacionalização dos agentes culturais brasileiros, na cooperação em prol programas e políticas nacionais, e no fortalecimento institucional do sistema de política cultural. Também é possível ver reflexos de demandas externas nas ações de cooperação técnica para contribuir para a preservação do patrimônio em outros países, assim como no financiamento de projetos culturais de organizações como a Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP) e a Organização dos Estados Ibero-americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura (OEI), como será tratado no capítulo seguinte.

Além do pragmatismo, a diplomacia cultural brasileira é caracterizada por sua continuidade, atribuída principalmente à primazia do Itamaraty no desenvolvimento da ação cultural no exterior (DUMONT; FLÉCHET, 2014). Porém, o MRE não contava com a exclusividade das ações culturais externas por parte do governo brasileiro. No governo Vargas, tanto a Divisão de Informação e Propaganda quanto o Ministério da Educação e Saúde, sob gestão de Gustavo Capanema, desenvolveram ações no exterior. Nos anos 1960 e 1970, também atuaram o MEC e o CFC (DUMONT; FLÉCHET, 2014). Cabe mencionar também a EMBRAFILMES, criada em 1969 com a finalidade de distribuir filmes brasileiros no exterior (CALABRE, 2009).

Já nos anos 1990, muito embora a cultura tenha perdido espaço como objeto de políticas públicas nacional e internacionalmente, foi incluída no processo da ascensão do multilateralismo e dos novos temas na agenda internacional. É deste período que data a criação de foros multilaterais importantes para a política cultural externa brasileira atual. A Comunidade de Países de Língua Portuguesa foi uma proposta impulsionada pelo presidente

Sarney e posteriormente se consolidou entre os governos Itamar e FHC, criada oficialmente em 1996 com três missões: concertação político-diplomática, cooperação em todos os domínios e a promoção e difusão da língua portuguesa (CERVO; BUENO, 2014). Também se observa nesse período a criação do Mercosul Cultural, que vem reunindo representantes e ministros da Cultura do bloco semestralmente nos últimos 19 anos. O Mercosul Cultural é um dos blocos mais relevantes para a política cultural externa, embora em artigo publicado em 2008, Soares tenha afirmado que a cooperação cultural no âmbito do Mercosul acontecia de maneira mais retórica que concreta, pois não era utilizada de forma sistemática e sustentada pelos países do Mercosul para aproximar suas populações, relegando-a a iniciativas esporádicas desenvolvidas por setores secundários da burocracia diplomática de cada país<sup>5</sup> (SOARES, 2008).

### 3.2 NOVAS DIRETRIZES PARA A POLÍTICA NACIONAL DE CULTURA

A partir de 2003, foi inserida na gestão do Ministério da Cultura uma série de mudanças que viriam a impactar não só as políticas culturais no Brasil, mas também sua representação no exterior. O MinC, após a instabilidade sofrida nos seus primeiros anos e o papel secundário que lhe foi relegado pela adoção das leis de incentivo nos anos 1990, teve como desafio o resgate de suas funções como instituição formuladora, executora e articuladora das políticas culturais (SOTO et al., 2010, p. 30). Segundo Simis,

Somente na gestão do ministro Gilberto Gil, passamos a ter uma política cultural cujo projeto acentua o binômio entre diversidade e desigualdade, *desfazendo-se daquela exclusivamente sobre a identidade nacional* e a questão da diversidade foi assumida enquanto chave para a elaboração de uma política cultural diferenciada. Sem voltar para os preceitos do Estado desenvolvimentista, o Estado voltou a um papel a cumprir, no desenvolvimento econômico, no setor cultural, na regulação de economias da cultura, de árbitro, de legislador (2007, p. 152, grifo nosso).

Uma mudança fundamental foi relativa ao conceito de cultura, pois a compreensão institucional sobre o que é cultura também é em última instância a definição do que deve ser objeto de ação do Ministério. As gestões anteriores operacionalizavam o conceito de cultura como o conjunto das linguagens artísticas, isto é, artes plásticas, audiovisual, artes cênicas, música, literatura etc. Segundo Soto et al. (2010), nas gestões Gilberto Gil e Juca Ferreira houve um alargamento deste conceito com a inclusão do direito à cultura como princípio de cidadania.

---

<sup>5</sup> Essa conclusão deriva em parte da comparação com outros países que dedicam mais recursos humanos e materiais ao intercâmbio cultural junto aos seus parceiros estratégicos em comparação com os países do MERCOSUL, como o Reino Unido, a França e os Estados Unidos. Acreditamos que seria importante comparar tais esforços com outros países em desenvolvimento.

Esta intenção fez parte do programa de campanha presidencial de Lula e foi reforçada por Gilberto Gil desde seu discurso de posse como Ministro da Cultura em 2003, quando declarou:

[...]o que entendo por cultura vai muito além do âmbito restrito e restritivo das concepções acadêmicas, ou dos ritos e da liturgia de uma suposta "classe artística e intelectual". Cultura, como alguém já disse, não é apenas "uma espécie de ignorância que distingue os estudiosos". Nem somente o que se produz no âmbito das formas canonizadas pelos códigos ocidentais, com as suas hierarquias suspeitas. Do mesmo modo, ninguém aqui vai me ouvir pronunciar a palavra "folclore". [...] Não existe "folclore" - o que existe é cultura (GIL, 2003, p. 10).

No mesmo discurso, Gil (2003, p. 10) afirmou que “as ações do Ministério da Cultura deverão ser entendidas como exercícios de antropologia aplicada”, referenciando o conceito antropológico da cultura como “conjunto de signos de cada comunidade e de toda a nação”. Como consequência dessa mudança, o público-alvo da política nacional de cultura deixa de estar restrito aos artistas e passa a abranger a população em geral (SOTO et al., 2010). Na busca pela retomada do papel do Estado na condução da política cultural do país, o Ministério também divulgava como objetivo estimular a participação social na gestão da cultura e a divisão de responsabilidades entre os três níveis da administração pública e a sociedade civil (SOTO et al, 2010).

Para dar conta das novas orientações de política, empregou-se ao longo das gestões Gil e Juca um esforço institucional para reestruturar o Ministério e o sistema de política cultural vigente no país. Já em 2003, às tradicionais competências do MinC - a política nacional de cultura e a preservação do patrimônio histórico – foi acrescida a delimitação de terras das comunidades quilombolas (BRASIL, 2003). O mesmo decreto extinguiu as secretarias do Ministério divididas segundo as linguagens artísticas - Secretaria do Livro e Leitura; Secretaria do Patrimônio, Museus e Artes Plásticas; Secretaria da Música e Artes Cênicas -, com exceção da Secretaria do Audiovisual. No seu lugar foram estabelecidas secretarias dirigidas à formulação e implementação de políticas públicas de cultura, evitando a sobreposição de funções (CALABRE, 2009; LACERDA; MARQUES; ROCHA, 2010): Secretaria de Formulação e Avaliação de Políticas Culturais; Secretaria de Desenvolvimento de Programas e Projetos Culturais; Secretaria para o Desenvolvimento das Artes Audiovisuais; Secretaria de Apoio à Preservação da Identidade Cultural; e Secretaria de Articulação Institucional e de Difusão Cultural. Essa nova estrutura sofreu alterações ao longo da última década, porém a lógica funcional na distribuição das secretarias foi mantida.

A abrangência atribuída à atuação do Ministério influenciou o crescimento do Sistema MinC, composto pelas entidades vinculadas e as representações regionais, com a incorporação

da Agência Nacional do Cinema (ANCINE) e a criação do Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM) como autarquias ligadas ao MinC (RUBIM, 2010). Outra iniciativa de relevo foi a estruturação do Sistema Nacional de Cultura (SNC), destinado a articular a participação dos entes federados (União, estados e município) na gestão das políticas culturais.

Segundo Nivón Bolán (2006<sup>6</sup> *apud* CALABRE, 2009), o esforço de institucionalização das políticas públicas de cultura e de articulação das políticas esparsas para cada setor ou área em um conjunto consistente de políticas é marca distintiva do fim do século XX e princípios do século XXI. Assim, seria interessante considerar qual a influência internacional sobre as mudanças levadas a cabo no MinC dos anos 2000 e qual o papel dos dirigentes a cargo do Ministério à época e do governo de maneira geral na sua adoção.

Embora enfrentassem muitos desafios, as transformações no MinC iam no sentido de romper com as três tristes tradições da política cultural brasileira identificadas por Rubim: ausência, autoritarismo e instabilidade (RUBIM, 2007). No entanto, segundo o autor, ainda fazia falta “uma política cultural geral discutida com a sociedade e consolidada em documento” (RUBIM, 2007, p. 32). Esta se concretizaria com a aprovação do Plano Nacional de Cultura, em 2010. Para esta pesquisa, o Plano é relevante não apenas como produto das evoluções da política cultural sob o MinC, mas especialmente por seu papel na definição de princípios guias da ação do Ministério, nacional e internacionalmente. Por isso, a próxima seção traz os principais pontos de sua construção.

### 3.3 O PLANO NACIONAL DE CULTURA

Antes da publicação do Plano Nacional de Cultura (PNC), os únicos documentos oficiais que especificavam os temas que receberiam atenção do Ministério eram decretos que determinavam a sua estrutura organizacional e as suas competências, sem delinear objetivos precisos para a sua atuação. Durante a gestão do ministro Gilberto Gil, o Ministério da Cultura recuperou o debate acerca do Plano Nacional de Cultura que tramitava na Câmara de Deputados desde 2000. No Plano, as novas diretrizes e princípios guias da ação do MinC que vinham sendo colocadas em questão desde 2003 foram discutidas com agentes interessados, revisadas e finalmente transformadas em lei em dezembro de 2010.

Em 2000, a proposta de elaboração de um Plano Nacional que definisse princípios, objetivos e estratégias para o campo cultural havia sido encaminhada ao Congresso na forma

---

<sup>6</sup> NIVÓN BOLÁN, Eduardo. **La política cultural**: temas, problemas y oportunidades. México: Conaculta: Fonca, 2006.

da proposta de emenda constitucional (PEC) nº 306 pelo então deputado Gilmar Machado (PT-MG), inspirado nos documentos-base da política educacional e de saúde (REIS, 2010). A ideia havia surgido durante a I Conferência Nacional de Educação, Cultura e Desporto e tentava responder aos anseios de artistas, intelectuais e outras pessoas presentes na conferência (REIS, 2010).

Entre 2000 e 2002, Reis (2010) aponta que a proposta foi conduzida primordialmente pela Câmara dos Deputados, enquanto a participação do Ministério da Cultura limitou-se a uma audiência pública na Comissão de Educação e Cultura em março de 2002, quando o Ministro Francisco Weffort e Secretários do Ministério declararam estar de acordo com a PEC. Segundo a autora, o próprio modelo de atuação adotado pelo Ministério naquela gestão dificultava a implementação de um plano como o proposto, ainda que houvesse concordância com a proposta. As transformações realizadas no mandato de Gilberto Gil aproximavam o Ministério da proposta que pretendia elevar a cultura no rol das políticas públicas nacionais, e o PNC passou a ser encarado como um compromisso (REIS, 2010). Após cinco anos em tramitação, a PEC 306 foi aprovada como Emenda Constitucional nº48, de 10 de agosto de 2005, e acrescentou o seguinte texto ao Artigo 215 da Constituição Federal de 1988:

§ 3º A lei estabelecerá o Plano Nacional de Cultura, de duração plurianual, visando ao desenvolvimento cultural do País e à integração das ações do poder público que conduzem à:

I - defesa e valorização do patrimônio cultural brasileiro;

II - produção, promoção e difusão de bens culturais;

III - formação de pessoal qualificado para a gestão da cultura em suas múltiplas dimensões;

IV - democratização do acesso aos bens de cultura;

V - valorização da diversidade étnica e regional. (EC nº 48, 2005)

Assim, o texto da Emenda estabelece constitucionalmente cinco diretrizes básicas para os futuros planos nacionais. Esse é um marco na construção de uma política de Estado para a cultura. O patrimônio cultural, objeto de políticas nacionais desde o governo Vargas, figura como o primeiro objetivo. O segundo e o terceiro item abordam as diferentes etapas do ciclo cultural - produção, disseminação e gestão. O quarto item reforça a perspectiva dos direitos culturais, e a responsabilidade do Estado em ampliar o acesso aos bens culturais. Por fim, a valorização da diversidade étnica e regional brasileira mostra a renovada preocupação com a diversidade cultural, no mesmo ano de aprovação da Convenção da UNESCO de 2005, ampliando a ideia presente na Constituição segundo a qual o Estado “protegerá as manifestações das culturas populares, indígenas e afro-brasileiras, e das de outros grupos participantes do processo civilizatório nacional” (BRASIL, 1988).



No mesmo ano em que a PEC foi aprovada, realizou-se a 1ª Conferência Nacional de Cultura (CNC), cuja missão central era reunir propostas de diretrizes para o Plano. A CNC foi precedida por conferências municipais e estaduais, que possibilitaram a discussão sobre alternativas para a cultura em todas as regiões do país (CALABRE, 2009). Para Calabre (2009), a CNC, foi uma inovação no campo da participação social. Por outro lado, Reis (2010) questiona a efetividade da participação social na construção do PNC, pois não se sabe até que ponto as perspectivas e sugestões dos representantes de diferentes segmentos sociais foram de fato incorporados no Plano.

A partir dos aportes recolhidos nas conferências, o Ministério da Cultura publicou, em 2007, as Diretrizes Gerais do Plano Nacional de Cultura para subsidiar as discussões no Poder Legislativo e compor o texto final do plano. Esse documento foi discutido em seminários regionais realizados no segundo semestre de 2008 em todos os estados do país com a participação de gestores culturais, produtores, empreendedores, artesãos, legisladores e representantes da sociedade civil (REIS, 2010). Após a revisão do Conselho Nacional de Políticas Culturais<sup>7</sup> (CNPC), uma segunda edição do documento foi publicada, em 2008.

As Diretrizes Gerais apresentaram uma visão da cultura em três dimensões: simbólica, econômica e cidadã. Caberia à Política nacional de cultura abordar esses três aspectos, equilibrando, por exemplo, o incentivo às indústrias culturais como fonte de renda e emprego com a salvaguarda do patrimônio público. Além disso, o Plano também deveria buscar o fortalecimento institucional do Sistema Nacional de Cultura e incentivar a participação social nos processos de produção e gestão cultural (BRASIL, 2008a). Foram assim definidos os cinco eixos do Plano, ao redor dos quais reuniram-se dezenas de estratégias e ações:

### **3.3.1 Fortalecer a ação do estado no planejamento e na execução das políticas públicas culturais**

O primeiro eixo trata das aspirações para o próprio Ministério e demais instituições envolvidas nas políticas nacionais de cultura. As principais ações previstas se orientam em torno da articulação do Sistema Nacional de Cultura, com a revisão dos modelos de financiamento e

---

<sup>7</sup> O Conselho Nacional de Políticas Culturais foi um dos mecanismos empregados para consolidar um sistema nacional de políticas culturais participativo. Foi reestruturado em 2005 por meio do Decreto nº 5.520/2005, com a finalidade de “colaborar na formulação de políticas públicas e promover a articulação e o debate entre a sociedade civil e os governos municipais, estaduais e federal”. O Conselho é composto por 46 representantes do poder público federal, estadual e municipal, dos segmentos artísticos e culturais e grupos sociais.

da legislação. Além de propor a renovação, capacitação e aprimoramento das instituições para a cultura, também se coloca a necessidade de consolidar um Sistema de Informações e Indicadores Culturais (SNIIC) que possibilite o diagnóstico adequado do setor para a formulação de políticas públicas.

### **3.3.2 Incentivar, proteger e valorizar a diversidade artística e cultural brasileira**

O segundo eixo das diretrizes do Plano Nacional se baseia no valor simbólico das manifestações culturais. Dessa forma, se articulam neste eixo o estudo, a preservação e a divulgação do patrimônio histórico material e imaterial do país com a valorização da diversidade de expressões e a reflexão sobre as artes e a cultura. O respeito pela diversidade é exposto como conhecer e proteger as manifestações brasileiras em sua particularidade, mas promover o diálogo e o intercâmbio entre diferentes culturas. Nesse sentido, propõe-se o fomento a projetos de culturas afro-brasileiras em todo o mundo; a valorização das línguas e demais aspectos culturais indígenas; o apoio a culturas populares; o ensino e difusão da língua portuguesa, especialmente com a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), acompanhado do estudo e divulgação de dialetos regionais.

### **3.3.3 Universalizar o acesso à fruição e à produção cultural**

Como já mencionado, a democratização cultural foi uma das bandeiras levantadas pela gestão Gilberto Gil/Juca Ferreira. As diretrizes previstas para este eixo incluíam o fomento aos fluxos de produção e formação de público, apoio ao estabelecimento de equipamentos culturais e iniciativas voltadas à circulação da produção. Ainda, as Diretrizes mencionam o estímulo à difusão através da mídia, aproveitando a alta aderência do rádio e da televisão junto à população brasileira.

### **3.3.4 Ampliar a inserção da cultura no desenvolvimento socioeconômico sustentável**

Neste quarto eixo, o Plano prevê iniciativas para a capacitação e assistência ao trabalhador cultural bem como estímulos ao desenvolvimento das indústrias culturais. Parte do esforço é relativa à regulação econômica de tópicos como direitos autorais; isenção e incentivos para facilitar o acesso de produtores culturais aos insumos necessários; preferência do Estado brasileiro na obtenção de obras de artes nacionais; e o aprimoramento dos mecanismos legais e de financiamento para estimular a participação brasileira no setor de distribuição do mercado audiovisual. Por fim, se reconhece o potencial do diálogo entre o setor de turismo e a cultura. A

esse respeito, defende-se formas de turismo que respeitem as comunidades e culturas locais, seu patrimônio material e imaterial, assim como iniciativas que preparem a comunidade a receber turistas, e propõe-se a formulação de iniciativas para que as artes e a cultura se beneficiem dos fluxos econômicos gerados pelo turismo nacional e internacional.

### **3.3.5 Consolidar os sistemas de participação social na gestão das políticas culturais**

No último ponto, as Diretrizes Gerais retomam o compromisso do MinC com uma gestão compartilhada das políticas de cultura. Além de reservar 50% dos assentos em órgãos supervisores das políticas nacionais para membros da sociedade civil, este eixo prevê a organização e manutenção de órgãos colegiados e instâncias consultivas e de participação direta; a realização periódica da Conferência Nacional de Cultura e conferências estaduais e municipais; reforça a participação social no SNC e no CNPC. Além das organizações da sociedade civil, estimula a participação de comunidades indígenas e quilombolas na gestão de políticas culturais. O documento ainda propõe o controle social dos recursos utilizados via mecenato, a diversificação das fontes de financiamento e o diálogo com as iniciativas executadas pelo setor privado e a sociedade civil.

As Diretrizes Gerais e as propostas de ações publicadas em 2008 foram posteriormente incluídas no texto do Plano Nacional de Cultura, aprovado no Congresso Federal em dezembro de 2010 pela Lei 12.343/2010. O Plano vigora entre 2010 e 2020, devendo ser submetido a avaliações periódicas. Em 2011, o Ministério publicou 53 metas para atingir o plano, incluindo as métricas para acompanhar e avaliar a evolução de cada meta (BRASIL, 2013a).

## **3.4 A QUESTÃO INTERNACIONAL NO PLANO NACIONAL DE CULTURA**

Embora fosse voltado substancialmente para o desenvolvimento das políticas públicas de cultura no território nacional, o Plano Nacional de Cultura incluiu uma visão para a ação internacional que partia da compreensão que a globalização tem efeitos diversos sobre o campo cultural e as políticas públicas do setor (BRASIL, 2008a). No documento das Diretrizes Gerais, uma seção foi dedicada a esse tema. O documento destaca a participação brasileira na aprovação da Agenda 21, no IV Fórum das Autoridades Locais para a Inclusão Social de Porto Alegre, e da já mencionada Convenção para Proteção e a Promoção da Diversidade das Expressões Culturais em 2005 pela UNESCO (BRASIL, 2008a).

A respeito desta última, já mencionada na seção 2.3, é preciso mencionar a importância da defesa brasileira da Convenção de 2005 para sua aprovação em favor da diversidade

(ÁLVAREZ, 2015; LESSA, 2014). O diplomata Marcelo Dantas (2007) atribuiu os resultados ao trabalho conjunto entre o MRE, que tinha posição ambígua sobre a questão, e o MinC, com uma posição firme em prol da diversidade, defendida pessoalmente pelo Ministro Gil. O Brasil foi um dos primeiros signatários, ainda em 2006. Em defesa da Convenção de 2005, o documento das Diretrizes Gerais menciona “Hoje, os países em que o tratado vigora estão comprometidos com a implementação de políticas públicas de acesso à cultura, em favor da proteção aos grupos culturais mais vulneráveis às dinâmicas econômicas excludentes.” (BRASIL, 2008a, p.15). Também destaca o reconhecimento, no tratado, da especificidade dos serviços, atividades e bens culturais, “retirando-os das negociações internacionais em torno do livre comércio” (BRASIL, 2008a, p.15) - embora Álvarez (2015) demonstre que o livre comércio e a diversidade cultural não são necessariamente antagônicos.

Relacionada à questão da diversidade cultural está a defesa das relações internacionais solidárias e do relacionamento com países em desenvolvimento em prol do benefício mútuo, seguindo os princípios presentes no discurso da PEB à época (CERVO; BUENO, 2014). A questão internacional também permeia alguns dos diagnósticos e desafios listados pelo MinC. Ao destacar um grande déficit na balança comercial brasileira de bens e serviços protegidos pelo direito autoral<sup>8</sup>, o Ministério propõe como desafio a revisão e aprimoramento do sistema brasileiro de proteção aos direitos de autor em equilíbrio com a busca pela ampliação do acesso à cultura (BRASIL, 2008a).

De maneira ainda mais direta, se menciona a intenção de “qualificar a presença da cultura brasileira no exterior” (BRASIL, 2008a, p. 48). Fica pouco claro, no entanto, o que significaria esta qualificação. Menciona-se a “presença mais ampla possível da diversidade nacional” no exterior, a realização de atividades culturais em comunidades brasileiras no exterior, o prosseguimento da defesa da diversidade cultural e o aprofundamento das relações com o hemisfério sul. Ainda, atribui-se à política cultural externa o dever de “superar os desafios da promoção da diversidade do país na economia da cultura internacional, de forma soberana e benéfica às empresas culturais brasileiras” (BRASIL, 2008a, p. 49). Neste ponto, é possível observar uma tensão entre o interesse econômico no posicionamento das indústrias culturais brasileiras nos fluxos de comércio internacional e o compromisso político com a democratização cultural e a valorização da diversidade.

---

<sup>8</sup> Segundo informações da OMPI e da UNICAMP, no fim dos anos 1990 o Brasil exportava cerca de US\$ 450 milhões de produtos e serviços protegidos pelo direito autoral enquanto as importações do setor alcançavam aproximadamente US\$ 1,4 bilhão (BRASIL, 2008a).

Essa perspectiva foi incorporada em dois dos dezesseis objetivos elencados na Lei 12.343/2010, que institui o Plano:

Art. 2º São objetivos do Plano Nacional de Cultura: [...] IX – desenvolver a economia da cultura, o mercado interno, o consumo cultural e a exportação de bens, serviços e conteúdos culturais; [...] XV – ampliar a presença e o intercâmbio da cultura brasileira no mundo contemporâneo. (BRASIL, 2013a, p. 163).

Ainda, dentre as 53 metas publicadas pelo Ministério em 2011, está o aumento em 70% nas atividades de difusão cultural em intercâmbio nacional e *internacional*, objetivo da Meta 25 (BRASIL, 2013a, p. 78).

Quanto ao relacionamento estratégico com os países do hemisfério sul – nas Diretrizes Gerais se destaca especialmente os latino-americanos, africanos e lusofônicos (BRASIL, 2008a) -, é interessante notar o possível impacto das orientações da política externa do período sobre o planejamento da cultura. Isso porque, a despeito das diferentes orientações da PEB ao longo das décadas, o intercâmbio cultural mais intenso se dava com o continente europeu e norte-americano, além dos países vizinhos na América Latina. No entanto, de fato, as políticas culturais internacionais entre 2003 e 2010 privilegiaram a América Latina, a África e a tradicional Europa (NOVAIS, 2013). Além disso, segundo dados da UNCTAD para o comércio internacional de bens criativos, até 2008 os países desenvolvidos eram o principal destino de exportações brasileiras e até 2005 a principal origem das importações brasileiras de bens criativos. Esse quadro foi alterado com o crescimento das exportações para a América Latina e para a África e o aumento expressivo das importações de produtos culturais chineses (UNCTAD, 2016).

No Plano aprovado em 2010 a delimitação das áreas prioritárias no Plano toma forma e pode ser observada nas ações 6 e 7 listadas no Quadro 1. Em primeiro lugar se identificam os países do Mercosul e demais latino-americanos, os membros da CPLP e os BRICS. Em um plano mais geral, figuram os demais países em desenvolvimento e os países que participaram dos fluxos migratórios que compõem a população brasileira, grupo em que se mencionam os países europeus, africanos e árabes. Se considerarmos o Japão neste último grupo, conclui-se que esses critérios excluem apenas os Estados Unidos, o Canadá, a Austrália e a Nova Zelândia. Dessa forma, percebe-se a orientação geral da política externa do período: inserção internacional do país projetada para todo o globo a partir de raízes bem firmadas na América do Sul (CERVO; BUENO, 2014).

As diretrizes para a ação institucional voltada ao exterior foram melhor detalhadas no capítulo do Plano Nacional de Cultura que trata das estratégias sob atribuição do Estado. A política cultural externa é tratada pela Estratégia 11:

Dinamizar as políticas de intercâmbio e difusão da cultura brasileira no exterior, em parceria com as embaixadas brasileiras e as representações diplomáticas do País no exterior, a fim de afirmar a presença da arte e da cultura brasileiras e seus valores distintivos no cenário global, potencializar os intercâmbios econômicos e técnicos na área e a exportação de produtos e consolidar as redes de circulação e dos mercados consumidores de bens, conteúdos e serviços culturais (BRASIL, 2013a, p. 183).

A estratégia evidencia a preocupação com a circulação dos bens e serviços culturais brasileiros no exterior – seja a título de intercâmbio, seja como transações comerciais -, primordialmente os interesses econômicos do setor artístico e a afirmação de “valores distintivos” da cultura brasileira. Nesse sentido, a estratégia apresentada não difere muito das diretrizes do século XX apresentadas por Dumont e Fléchet que discutimos na seção 3.1. Porém, as ações listadas para cumprir essa estratégia de difusão trazem alguns pontos interessantes, como se observa no Quadro 1.

Ainda com relação ao objetivo de difundir a produção cultural nacional, destaca-se a política de estimular a tradução e publicação de obras literárias brasileiras no exterior, o que se encaixa tanto na política de defesa da Língua portuguesa como na promoção da cultura e de artistas nacionais. A ação também prevê a tradução de obras estrangeiras para o português, com a intenção explícita de viabilizar a troca de valores com os povos vizinhos. Outro ponto que merece atenção é a política de estímulo ao campo cultural nas regiões de fronteira tanto em termos de manifestações culturais quanto em termos de equipamentos culturais conforme defendido nas ações 4 e 5. Também se previa a cooperação em programas de intercâmbio, fomento e difusão com países selecionados.

Além destas ações diretamente ligadas à promoção da cultura brasileira, constam os objetivos de fortalecer a participação brasileira em foros internacional especializados e de estabelecer projetos de cooperação técnica e financeira na área de cultura, com a finalidade de viabilizar programas nacionais. Por fim, é importante notar que a primeira ação responde diretamente ao eixo de fortalecimento institucional e demonstra o interesse do MinC em ampliar sua atuação internacional a partir de um órgão especializado. A estrutura administrativa do MinC dedicada às relações internacionais é discutida na seção a seguir.

Quadro 1 - Ações previstas na Estratégia 1.11 do Plano Nacional de Cultura

Nº	Descrição
1	Instituir uma agência de cooperação cultural internacional vinculada ao Ministério da Cultura e desenvolver estratégias constantes de internacionalização da arte e da cultura brasileiras no mundo contemporâneo.
2	Fomentar projetos e ações de promoção da arte e da diversidade cultural brasileiras em todo o mundo, por meio da valorização de suas diferentes contribuições, seus potenciais de inovação e de experimentação diante da cultura global.
3	Fortalecer a participação brasileira nas redes, fóruns, reuniões de especialistas, encontros bilaterais, acordos multilaterais e em representações nos organismos internacionais, ligados à cultura, dando amplitude e divulgação às suas discussões, afirmando princípios, conceitos, objetivos e diretrizes estratégicas de nossa política cultural.
4	Desenvolver políticas públicas para estimular o trânsito da arte e das manifestações culturais nas regiões fronteiriças brasileiras, ampliando o relacionamento com outros países do continente.
5	Estimular a circulação de bens culturais e valores, incentivando a construção de equipamentos culturais nas áreas de fronteira, com o objetivo de promover a integração dos países limítrofes.
6	Articular órgãos e políticas de cultura e relações exteriores para constituir e aprofundar programas sobre temas e experiências culturais com outras nações, sobretudo no âmbito do Mercosul, da América Latina, da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, dando destaque também ao intercâmbio com China, Rússia, Índia e África do Sul.
7	Articular políticas de cultura e intercâmbio para aprofundar temas e experiências culturais com os países do continente africano, os países árabes, o continente europeu e os demais países que participaram dos fluxos migratórios que contribuíram para a formação da população brasileira.
8	Promover planos bilaterais e multilaterais de cooperação técnica e financeira, visando à troca de experiências, conhecimentos e metodologias para a viabilização de programas nacionais.
9	Estabelecer acordos e protocolos internacionais de cooperação, fomento e difusão, em especial com países em desenvolvimento, de modo a ampliar a inserção da produção cultural brasileira no mercado internacional e o intercâmbio de produções e experiências culturais.
10	Estimular a tradução e a publicação de obras literárias brasileiras em diversas mídias no exterior, assim como de obras estrangeiras no País, ampliando o repertório cultural e semântico traduzível e as interações entre as línguas e valores, principalmente as neolatinas e as indígenas do continente americano.

Fonte: Elaboração própria a partir de MinC (BRASIL, 2013a, p. 183-184)

### 3.5 PRERROGATIVAS DO SISTEMA MINC PARA A INTERNACIONALIZAÇÃO DA CULTURA BRASILEIRA

A partir da gestão de Gilberto Gil, a atuação internacional do Ministério da Cultura cresceu de maneira significativa (RUBIM, 2007; NOVAIS; BRIZUELA, 2010). Segundo Rubim (2007), a presença do artista à frente do Ministério teve um papel importante nesse processo, mas o autor ressalta com estranheza o fato da reestruturação administrativa do MinC não ter dotado o Ministério “de uma nova e potente estrutura institucional para realizar esta conexão internacional” (RUBIM, 2007, p. 30).

Entre 2003 e 2006, todas as ações internacionais do MinC estavam sob responsabilidade da Assessoria Internacional do Ministro, que não contava com os recursos suficientes para atender a demanda de atuação. Em 2007 foi criado o Comissariado da Cultura Brasileira no Mundo (CCBM), uma parceria entre a Assessoria Internacional do MinC e o MRE. Em 2008, o CCBM foi extinto e criou-se a Diretoria de Relações Internacionais, que respondia à Secretaria Executiva do Ministério da Cultura (NOVAIS; BRIZUELA, 2010). Segundo Novais e Brizuela (2010), o estabelecimento da DRI marcou a intensificação dos projetos internacionais de cooperação bilateral e multilateral e de intercâmbio. Neste processo, os autores defendem que o MinC adotou como foco de ação a valorização da cultura brasileira, observando a diversidade cultural, a inclusão social e o fortalecimento da economia da cultura.

Segundo o Decreto nº 6368, de 30 de janeiro de 2008, que cria a DRI, são atribuições da Diretoria<sup>9</sup>:

- I - assessorar o Ministro de Estado, as Secretarias e as entidades vinculadas em assuntos internacionais do campo cultural;
- II - coordenar, orientar e subsidiar a participação do Ministério e as entidades vinculadas em organismos, redes, fóruns e eventos internacionais que tratem de questões relativas à cultura;
- III - orientar, promover e coordenar os processos de planejamento, formulação, implementação e avaliação de políticas, programas e projetos internacionais do Ministério e entidades vinculadas;
- IV - disseminar as diretrizes da política externa brasileira na área da cultura e assegurar sua adoção nas ações culturais internacionais do Ministério e entidades vinculadas;
- V - articular e coordenar os processos de apoio a programas e projetos relacionados à cultura, de cooperação internacional e de negociação de atos internacionais com organismos internacionais, entidades e governos estrangeiros, em conjunto com os demais órgãos do Ministério da Cultura e Ministérios afins;
- VI - apoiar e subsidiar as ações de promoção da exportação de bens e serviços culturais brasileiros, em articulação com os demais órgãos do Ministério da Cultura, Ministérios afins, bem como instituições públicas e privadas do Brasil e do exterior;
- VII - delinear estratégias e apoiar ações para intensificação do intercâmbio cultural e artístico entre o Brasil e países estrangeiros, em articulação com as demais áreas do Ministério;
- VIII - planejar, orientar, coordenar e promover a participação brasileira em eventos culturais internacionais e de divulgação da imagem do Brasil no exterior por meio da cultura; e
- IX - atuar como interlocutor do Ministério e das suas entidades vinculadas junto ao Ministério das Relações Exteriores. (BRASIL, 2008b).

Segundo a tipologia desenvolvida por França e Badin (2010), essas competências posicionam a DRI e conseqüentemente o próprio Ministério da Cultura como órgãos que possuem prerrogativa de negociar e definir a posição brasileira em processos decisórios no

---

<sup>9</sup> Em 2016 a DRI foi transformada em Departamento de Promoção Internacional da Cultura Brasileira (DEINT), inserido na SADI pelo Decreto nº 8.837, de 17 de agosto de 2016.



sistema internacional. Já no nível de órgãos federais voltados a firmar acordos de cooperação técnica - um nível abaixo -, está a Secretaria do Audiovisual (SAV), a quem compete “acompanhar a elaboração dos tratados e convenções internacionais sobre o audiovisual e cinema, identificando e orientando as atividades necessárias à sua aplicação” (BRASIL, 2009). Em 2012, foi criada a Secretaria de Economia Criativa (SEC), com atribuições para "subsidiar ações para promover bens e serviços criativos brasileiros em eventos nacionais e internacionais, em articulação com a Diretoria de Relações Internacionais"; "acompanhar a elaboração de tratados e convenções internacionais sobre economia criativa, em articulação com outros órgãos e organismos públicos e privados"; e "apoiar ações para intensificar intercâmbios técnicos e de gestão dos setores criativos com países estrangeiros" (BRASIL, 2012).

Por fim, o MinC conta com outros dois órgãos com alguma competência internacional, mas sem prerrogativas para negociação: a Consultoria Jurídica e a Secretaria de Políticas Culturais, que processam informações e assessoram outros órgãos do Ministério (FRANÇA; BADIN, 2010). Até o presente momento, não houve a criação de uma agência internacional do Ministério conforme previsto no Plano Nacional de Cultura, embora muitas ações externas tenham sido realizadas pelo MinC, pelas suas secretarias e pelas entidades vinculadas, como será exposto a seguir.

Em suma, ao longo dos anos 2000 o Ministério da Cultura passou por reformulações importantes e seu escopo de atuação foi ampliado, processo consolidado com a implementação do Sistema Nacional de Cultura e publicação do Plano Nacional de Cultura. As novas orientações para a política cultural eram voltadas ao desenvolvimento do campo cultural brasileiro e à formulação de políticas internas; no entanto, as diretrizes formuladas pelo MinC abarcaram também o sistema internacional, aliando a tradicional política de difusão da cultura brasileira - levada à cabo pela diplomacia cultural desde o século XX - com algumas ações relativamente inovadoras, como as políticas para a região de fronteira e a realização de programas de cooperação técnica internacional para realização de programas nacionais de cultura. O próximo capítulo dedica-se a explorar em que medida essas diretrizes foram incorporadas na política cultural externa brasileira recente, avaliando o papel do Ministério nesse processo.

#### **4 A AGENDA DE POLÍTICA CULTURAL EXTERNA DO BRASIL**

Neste capítulo, são analisadas as ações de política externa cultural levadas a cabo pelo Brasil, dando especial atenção para a atuação internacional do Ministério da Cultura e suas entidades vinculadas. Toma-se como referência para a análise os objetivos delimitados pelo Plano Nacional de Cultura, sob coordenação e execução do MinC, elencados anteriormente. Por isso, o foco deste capítulo está no período a partir de 2007, ano da primeira publicação das Diretrizes Gerais. O período também corresponde à articulação da Diretoria de Relações Internacionais do Ministério, criada em 2008. Ao longo do capítulo, faz-se referência a diversos documentos assinados com países e organizações internacionais; a lista completa de documentos estudados pode ser consultada no Apêndice A.

Conforme discutido no capítulo anterior, as orientações de política cultural para o MinC estão centradas na proteção e promoção da diversidade e do patrimônio culturais brasileiros, o fortalecimento institucional do Ministério e outros órgãos responsáveis pelas políticas culturais, a inserção da cultura em modelos sustentáveis de desenvolvimento econômico e o fortalecimento da economia criativa, a ampliação do acesso à fruição e à produção cultural como direitos e o estímulo à participação social na gestão cultural. Tratando-se da esfera internacional, as diretrizes incluem a internacionalização da cultura brasileira, com foco especial para a difusão de obras literárias; a cooperação técnica relacionada a programas nacionais; a participação qualificada em foros internacionais especializados e o estímulo à oferta cultural nas regiões de fronteira.

Considerando o conjunto de atos internacionais firmados pelo Brasil em matéria cultural no período em questão, que podem ser observados no Apêndice A, percebe-se que a maioria está relacionada à realização de programas de cooperação técnica em cultura e em atividades de difusão, promoção e intercâmbio cultural. Iniciativas para o desenvolvimento da economia criativa e o fortalecimento institucional das políticas culturais estão intimamente ligados à cooperação técnica internacional e estiveram presentes em cerca de um quinto dos acordos estudados, além de figurarem em discussões multilaterais.

A preservação do patrimônio e a promoção da diversidade cultural também esteve presente na maior parte dos documentos e outras iniciativas internacionais observadas. Em geral esses dois assuntos foram tratados conjuntamente, embora deva-se ressaltar que questões relativas ao patrimônio cultural material foram mais frequentes que assertivas focadas no tema da diversidade, das culturas populares e do patrimônio imaterial. Assertivas em prol da ampliação do acesso à cultura por parte dos Estados signatários figuraram em cerca de 15 dentre

pouco mais de 100 acordos e protocolos analisados. A gestão participativa das políticas culturais não foi, em si, um tema central nos atos de cooperação internacionais brasileiros. Pode-se atribuir a isto tanto a dificuldade de incorporar a participação social na política externa quanto o desejo de cada país desenvolver seus próprios modelos de participação social.

De maneira geral, portanto, existe um alinhamento entre a política cultural externa praticada pelo Brasil e os princípios e objetivos que o Ministério da Cultura endossa como formulador, coordenador e executor de política cultural no Brasil. Por outro lado, existem alguns tópicos recorrentes na cooperação cultural brasileira recente que não apareciam com tanta centralidade na política nacional de cultura encaminhada pelo Ministério. Os principais exemplos que podem ser destacados são as tratativas relacionadas aos direitos autorais e direitos conexos e medidas para a prevenção do tráfico ilícito de bens culturais.

Se bem o Ministério manifesta interesse em revisar a legislação nacional sobre direitos autorais como iniciativa para o desenvolvimento da economia criativa, a abordagem sobre o tópico nas Diretrizes Gerais era bastante crítica e colocada em oposição a um objetivo maior de ampliação do acesso à cultura (BRASIL, 2008a). Já em 2011, o MinC tratou do tema em duas metas do Plano: a Meta 38 - Instituição pública federal de promoção e regulação de direitos autorais implantada; e a Meta 39 - Sistema unificado de registro público de obras intelectuais protegidas pelo direito de autor implantado (BRASIL, 2013a). A prevenção ao tráfico ilícito, por sua vez, não figura nem nas Diretrizes Gerais, nem no PNC nem nas Metas publicadas em 2011 (BRASIL, 2008; BRASIL, 2013a).

Não se deve entender por isso que se tratem de posicionamentos opostos aos interesses da política nacional de cultura. É possível que a incorporação desses dois temas na agenda doméstica se trate de um caso de adesão às práticas internacionais. Um Programa Executivo com a Itália menciona, por exemplo a Convenção Internacional de 1970 sobre as Medidas para Proibir e Prevenir a Importação, Exportação e Transferência Ilícita de Propriedades de Bens Culturais e a Convenção Internacional UNIDROIT de 1995 sobre Bens Culturais Roubados ou Ilicitamente Exportados. Além disso, em um documento assinado em 2009, partiu do governo da Colômbia a proposta de firmar um convênio bilateral para prevenção do tráfico ilícito de bens culturais.

Além das temáticas que direcionam a política do Ministério, o Plano Nacional também inclui dois grupos prioritários de países para intercâmbio e cooperação. Figuram em primeiro lugar os países do MERCOSUL, os demais países latino-americanos, os países de língua oficial portuguesa e os membros do BRICS. No segundo grupo, cita-se de maneira generalizada os

países em desenvolvimento, acrescidos dos países originários dos fluxos migratórios ao Brasil, categoria que inclui os países europeus, o Oriente Médio e o Japão.

A política cultural dirigida a esses países é objeto da primeira seção deste capítulo, baseada na análise de uma centena de documentos bilaterais relacionados ao setor cultural. Nas seções seguintes, discute-se alguns fenômenos da política cultural externa que merecem atenção especial, tanto pelo papel-chave desempenhado pelo Ministério da Cultura, quanto pela sua relevância para o estudo da diplomacia cultural brasileira. Trata-se dos projetos de cooperação técnica na área de cultura, a transferência de programas culturais para países vizinhos, a participação brasileira em feiras internacionais do setor e a participação em fóruns multilaterais.

#### 4.1 AGENDA BILATERAL: INTERCÂMBIO E COOPERAÇÃO CULTURAL

O principal instrumento diplomático de política cultural entre Estados é a assinatura de acordos de cooperação cultural. Estes acordos preveem em linhas gerais as ações que podem ser empreendidas pelos parceiros em matéria cultural e, após ratificados, servem de base legal para futuros programas, projetos e ações (IPHAN, 2017). A realização efetiva de tais programas, projetos e ações depende, é claro, da disponibilidade de recursos de ambas as partes, eventualmente ficando aquém do anunciado pelos documentos oficiais. De toda forma, os atos internacionais denotam a intencionalidade dos atores e indicam os valores, estratégias e órgãos presentes na negociação, servindo ao propósito deste trabalho. Estes acordos costumam ser bastante abrangentes tanto em termos de setores artísticos e culturais quanto em relação aos instrumentos utilizados pelos Estados, mas em algumas ocasiões também são mencionados pontos específicos como direitos autorais e direitos conexos e tráfico ilícito de bens culturais.

Entre 2007 e 2015, muitos acordos desse tipo foram firmados pelo Brasil, vários pela primeira vez. Em 2008, modelos similares foram firmados com Guatemala, Jordânia, Timor-Leste, Estônia e Lituânia; no ano seguinte, com Argélia, Botsuana, Burkina Faso, Serra Leoa, Ucrânia e Uzbequistão. Em 2010, acordou-se os termos da cooperação cultural com Catar, Zâmbia e vários países da América Central e Caribe: Belize, Dominica, Granada, São Cristóvão e Névis, São Vicente e Granadinas. Todos estes acordos foram assinados por representantes brasileiros do Ministério das Relações Exteriores – a maioria pelo próprio ministro, alguns embaixadores e subsecretários. A exceção é o *Acordo de Cooperação Cultural entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Argelina Democrática e Popular*, assinado pelo Ministro Juca Ferreira.

O papel do Ministério da Cultura se torna mais perceptível quando se analisa as experiências mais profundas de cooperação. Do ponto de vista formal, percebe-se que

autoridades do Ministério da Cultura (Ministras e Ministros, Secretários e presidentes de Entidades Vinculadas) têm participação na assinatura de termos e protocolos de intenção. Os Ministros em especial são signatários de declarações conjuntas com Ministros da Cultura ou homólogos de outros países. Trata-se de documentos que não necessitam da ratificação parlamentar para vigorar, dado os efeitos limitados sobre a política interna brasileira (IPHAN, 2017). Mesmo no caso de acordos e programas de cooperação firmados por representantes do MRE, frequentemente o MinC, suas secretarias ou alguma das entidades vinculadas são designados como órgão responsável pelo projeto. Além disso, quando os países optam por estabelecer Comissões Mistas<sup>10</sup> na área cultural, os funcionários da Diretoria Internacional do MinC costumam participar ao lado de colegas do Departamento Cultural do Itamaraty. Mais importante, entretanto, é a influência que a agenda de política interna do Ministério da Cultura tem sobre o teor da cooperação bilateral, mesmo quando não há registros formais de sua participação.

Um exemplo é o caso da cooperação com o Peru. O *Programa Executivo do Acordo de Cooperação Cultural entre a República Federativa do Brasil e a República do Peru* para os anos 2009-2012 foi produto da II Reunião da Comissão Mista Cultural. Embora a delegação brasileira tenha sido composta apenas por representantes do MRE e do MEC, o programa endossa claramente as diretrizes do MinC. Os primeiros artigos declaram a intenção das partes em cooperar e trocar experiências sobre políticas públicas de cultura, sistemas de informação e o fortalecimento da economia da cultura. A preocupação com a cultura como elemento de cidadania é explícita:

Artigo 2: As Partes promoverão a cooperação e o intercâmbio sobre políticas públicas, planos nacionais e programas culturais voltados para a construção da cidadania, a transformação social, a ampliação do acesso a bens e serviços culturais e a valorização das culturas populares e indígenas. (BRASIL; PERU, 2009).

Nesse sentido, menciona-se o compromisso em viabilizar ações de intercâmbio cultural nas regiões de fronteira entre os países. Vários artigos são dedicados à cooperação na área da salvaguarda do patrimônio histórico, incluindo a doação de livros pela parte peruana para a biblioteca especializada do Centro Regional de Treinamento para Gestão do Patrimônio, um projeto executado pelo MinC em parceria com a UNESCO. Ainda, o tema da diversidade

---

<sup>10</sup> Comissões Mistas são instrumentos estabelecidos por acordos entre países, que designam funcionários relacionados aos temas de discussão. As comissões se reúnem periodicamente para considerar novas possibilidades de cooperação, formular planos e programas, discutir projetos de cooperação técnica em execução e avaliar projetos finalizados.

cultural foi objeto de quatro artigos, nos quais se salienta a importância das culturas populares e se propõe a cooperação para reconhecimento, promoção, intercâmbio e difusão das culturas indígenas e afrodescendentes de ambos os países, além de comprometer-se a coordenar posições em foros multilaterais sobre o tema de bens e serviços culturais.

De forma semelhante, foi realizada a IV Reunião Mista Cultural, Educacional e Esportiva com a República da Colômbia em junho de 2009. Nessa ocasião, além dos representantes da Embaixada brasileira e do MEC, também participou o Diretor de Relações Internacionais do MinC, presidindo a delegação brasileira. Assim como no caso do Peru, os mesmos parágrafos iniciais referenciando a importância das políticas públicas de cultura para a transformação social e do fortalecimento da economia da cultura iniciam o Programa de Cooperação na área da Cultura. Além de apresentar propostas de ações conjuntas para capacitação, intercâmbio e difusão das linguagens artísticas e do patrimônio cultural de ambos os países, o documento também trata da cooperação no âmbito ibero-americano. A diversidade cultural é objeto específico de 6 artigos, em que Brasil e Colômbia se comprometem a trabalhar em conjunto em prol da diversidade em foros multilaterais e intercambiar experiências em programas de valorização das culturas populares, como o Programa Cultura Viva. Além disso, foram discutidas ofertas de cooperação para políticas de promoção do artesanato.

As comunidades afrodescendentes foram tema importante da cooperação entre o MinC e o governo colombiano no período estudado. Na IV Reunião, os dois países retomaram a Agenda Afrodescendentes da América, que havia sido endossada em um Encontro Ibero-americano em Cartagena, na Colômbia, em 2008. O Brasil comprometeu-se com a organização do II Encontro Ibero-americano: Agenda Afrodescendentes nas Américas, que teve lugar em Salvador em 2010. Afora a agenda ibero-americana, as Partes também citaram o desejo de enviar representantes das suas comunidades afrodescendentes para o III Festival Mundial de Artes Negras realizado no Senegal em 2010.

Também em 2009, após a XXVIII Reunião de Ministros da Cultura do Mercosul, o Ministro Juca Ferreira reuniu-se com o ministro paraguaio, ocasião em que firmaram a *Agenda Bilateral Brasil – Paraguai na área de Cultura (2009 – 2011)* com os seguintes eixos: fortalecimento institucional, participação social e cidadania, patrimônio cultural e diversidade cultural. Assim como os programas com o Peru e a Colômbia, a Agenda Bilateral com o Paraguai parece se adequar completamente aos princípios e diretrizes da política cultural brasileira. O interessante é que o documento não é construído apenas sobre princípios comuns, mas para cada eixo são definidas ações concretas prioritárias, destacando como modalidades de ação o intercâmbio cultural, a assistência técnica e a cooperação por meio de apoio e co-

execução de projetos. O documento permite observar que a relação cultural Brasil - Paraguai é fortemente baseada em projetos de cooperação técnica na área de preservação do patrimônio histórico e museologia, tema que será tratado na seguinte seção.

De forma similar, os Ministros brasileiros têm se reunido com os seus correspondentes argentinos. Em 2011, o Secretário Nacional de Cultura Jorge Coscia e a Ministra Anna de Holanda firmaram a Declaração de Buenos Aires, “[r]econhecendo a convergência de políticas e programas culturais desenvolvidos em ambos os países” (BRASIL; ARGENTINA, 2011). Neste documento, observa-se o interesse de ambos os órgãos na promoção da economia criativa e nas estratégias de desenvolvimento local a partir da cultura, bem como o compromisso para intercâmbios relacionados ao fortalecimento institucional, formação de gestores e construção dos Sistemas de Informação Cultural. Estes temas foram retomados em declarações posteriores, como a Declaração de Brasília de 2012.

O princípio de políticas culturais em prol da cidadania e a busca pelo fortalecimento institucional dos ministérios ou secretarias da Cultura também estão presentes em documentos posteriores assinados com países vizinhos. Pode-se citar os planos de ação com a Colômbia e o Uruguai, ambos de 2011, e o Programa Executivo de Intercâmbio Cultural desenvolvido com o Chile entre 2013 e 2015.

Além dos vizinhos da América do Sul, a política cultural brasileira apresenta interesses em comum com a França. Na ocasião do Salão do Livro de Paris de 2015, o então Ministro Juca Ferreira declarou:

Queremos criar um sistema de trabalho permanente. A França talvez seja o parceiro mais constante historicamente do Brasil, com talvez 200 anos na área cultural, e queremos aprofundar essas relações. [...] Os franceses também querem avançar na área de fomento e financiamento à cultura e querem conhecer a experiência brasileira. (BRASIL, 2015a)

O tema da diversidade cultural compõe a agenda de ambos os Ministérios – ambos os países integraram a Rede Internacional de Política Cultural e defenderam a Convenção de 2005 da UNESCO (ÁLVAREZ, 2015). Em uma declaração de intenções emitida Ministro da Cultura Juca Ferreira e a Ministra da Cultura e da Comunicação francesa em 2015, foi reforçado o interesse das partes em trocar experiências e formular políticas para o setor de livro e leitura, promovendo a diversidade cultural, a ampliação do acesso à leitura, através da cooperação na área de gestão de bibliotecas públicas e de fomento ao mercado editorial.

## 4.2 COOPERAÇÃO TÉCNICA EM CULTURA

A cooperação técnica internacional é parte importante da política externa brasileira e é possivelmente onde a convergência entre políticas públicas e política externa é melhor observada. Segundo Cristina Pecequillo (2008), a política externa brasileira no período do governo Lula combinava os eixos horizontal e vertical da cooperação, bem como a atuação multi e bilateral. A cooperação técnica em cultura no período estudado parece reproduzir este padrão. Enquanto o Ministério da Cultura firmou convênios e parcerias com a UNESCO e outras organizações intergovernamentais para fortalecimento institucional, também desenvolveu projetos com gestores públicos de países sul-americanos e africanos sob coordenação da Agência Brasileira de Cooperação (ABC).

Em 2011, a cultura representava 5% dos projetos de cooperação recebida de organismos multilaterais coordenados pela ABC. A UNESCO era uma das organizações mais representativas, com 21% dos projetos (ABC, 2017a). Em 2010, a UNESCO e o Ministério da Cultura acordaram duas iniciativas de cooperação. A primeira foi o Projeto de Cooperação Técnica Internacional "Intersetorialidade, Descentralização e Acesso à Cultura no Brasil", que consiste primordialmente em consultoria técnica especializada para o desenvolvimento de diferentes secretarias do MinC e demais órgãos relacionados. A segunda iniciativa foi o acordo para instalação do Centro Regional de Treinamento em Gestão do Patrimônio no Rio de Janeiro sob os Auspícios da UNESCO (Categoria 2). O Centro, que recebeu o nome de Centro Lucio Costa (CLC), é gerido pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) e tem como objetivo capacitar técnicos e gestores do patrimônio cultural de 17 países de língua espanhola e portuguesa na América Latina e África (BRASIL, 2014).

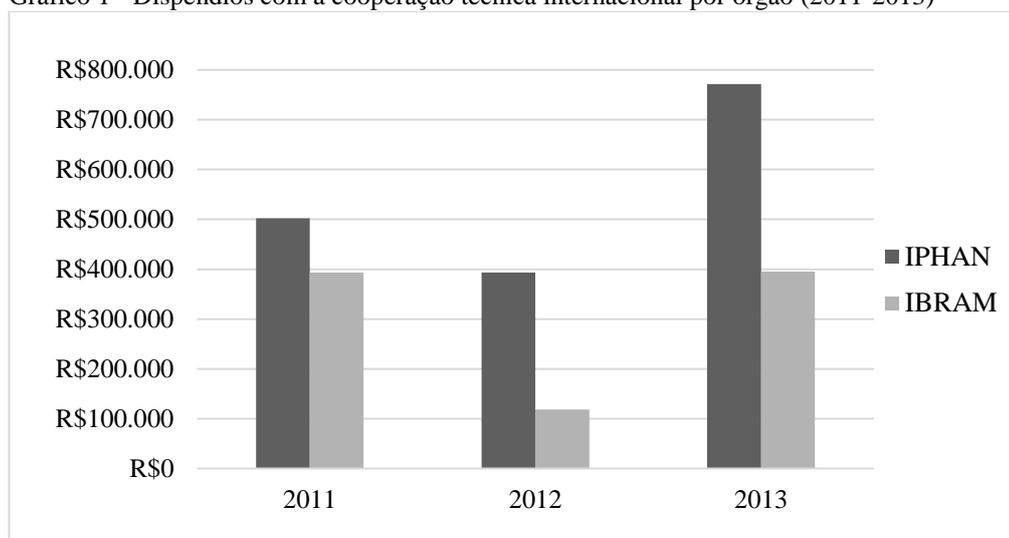
O sistema ibero-americano, composto pela OEI e a Secretaria Geral Ibero-Americana (SEGIB) teve participação expressiva nos projetos de cooperação técnica e/ou financeira do Ministério da Cultura e das entidades vinculadas. Além dos programas Ibercultura Viva e DOCTV Latino-américa, que discutiremos na seção seguinte, o Brasil participou de outros seis programas. Durante a gestão de Marta Suplicy, dois programas estavam sob a presidência brasileira: o Ibermuseus, presidido pelo IBRAM, e o Ibermedia, presidido pela Ancine (BRASIL, 2013b). Os outros programas integrados pelo Brasil, através do MinC, são o Iberescena, Iberorquestras Juvenis, Ibermúsicas e Iberutas.

No âmbito da Cooperação Sul-Sul, a maioria dos projetos na área cultural consiste no envio de técnicos e especialistas do Ministério da Cultura, do IPHAN e do IBRAM para apoiar a formulação e implementação de programas e projetos nos países parceiros e transmitir



conhecimentos na área de conservação do patrimônio cultural. Nesse sentido, nota-se que os projetos de cooperação técnica cultural se inserem em uma estratégia mais ampla da política externa brasileira para a Cooperação Sul-Sul, instrumentalizando a experiência acumulada nos órgãos federais para prestar assistência a países em desenvolvimento. Os recursos empregados nos projetos advêm da própria ABC e também da execução orçamentária do IPHAN e do IBRAM, cujos valores são expostos no Gráfico 1.

Gráfico 1 - Dispêndios com a cooperação técnica internacional por órgão (2011-2013)



Fonte: Elaboração própria a partir de IPEA (2016).

No período entre 2011 e 2013, os dispêndios dos dois institutos somaram 1,2% do total de gastos federais em cooperação técnica (IPEA, 2016). A lista dos projetos bilaterais executados entre 2007 e 2015 é apresentada no Quadro 2. Pode-se notar que a gestão do patrimônio cultural é o tema predominante da cooperação Sul-Sul em matéria cultural. Além disso, o Ministério da Cultura e o IPHAN se destacam como instituições executoras.

Quadro 2 – Projetos de cooperação técnica Sul-Sul em cultura (2007-2015)

País	Projeto	Período	Inst. Executora
Angola	Fortalecimento da preservação da memória e da produção audiovisuais de Angola	2008-2010	MinC
Angola	Fortalecimento da gestão do patrimônio cultural de Angola	2008-2010	MinC
Argélia	Transferência de Conhecimento para Produção de Gemas Lapidadas, Joias e Artesanato Mineral	2010-2018	ABRAGEM
Benim	Gestão de Patrimônio Material e Imaterial do Benim	2010-2015	IPHAN
Bolívia	Intercâmbio de Experiências e Conhecimentos para a Gestão das Culturas	2010-2014	IPHAN, MinC
Cabo Verde	Fortalecimento da gestão do patrimônio material e imaterial de Cabo Verde: os casos de Cidade Velha e Cimboa	2010-2015	IPHAN
Haiti	Capacitação para a Elaboração de Políticas Públicas de Museus Por Meio da Reconstrução do Museu de Arte Haitiana do Colégio de Saint-Pierre	2012-2013	IBRAM
Palestina	Apoio ao Centro Palestino de Mídia	2009	EBC
Paraguai	Capacitação em Museologia	2007-2009	IPHAN
Paraguai	Intercâmbio de Conhecimentos sobre Sistemas de Conservação Integrada e Patrimônio Cultural	2007-2009	IPHAN
São Tomé e Príncipe	São Tomé e Príncipe plural: sua gente, sua história, seu futuro - Ações programáticas em Comunicação e Cultura	2012-2017	UFF
Uruguai	Diagnóstico das Potencialidades de Desenvolvimento Regional na Área de Restauro do Patrimônio Edificado IFSul/IFMG/CETP-UTU	2011 -2012	IFMG, IFSUL, MEC

Fontes: Elaboração própria a partir de ABC (2017b), IBRAM (2012) e IPHAN (2015a; 2015b).

Outras iniciativas de cooperação técnica se dão a partir da Secretaria do Audiovisual, cujas atribuições incluem a tarefa de apoiar a preservação da memória e a difusão do audiovisual brasileiro, e da Cinemateca Brasileira, entidade supervisionada pela SAV. Dois exemplos são a cooperação em matéria de conservação de acervo audiovisual e capacitação técnica com a Fundación Patrimonio Fílmico Colombiano, em 2007, e com duas entidades cubanas, a Fundación del Nuevo Cine Latinoamericano de Cuba, em 2009, e o Instituto Cubano de Arte e Indústria Cinematográficos em 2010. Em 2008, a Secretaria também firmou com o governo de Moçambique um documento sobre cooperação cultura nas áreas Audiovisual e Cinematográfica. Este incluía o incentivo a coproduções entre Brasil e Moçambique, treinamento de pessoal na área de produção, cooperação acadêmica e cooperação em matéria de restauração, proteção e conservação do patrimônio audiovisual, intercâmbio de tecnologias e troca de experiências sobre a regulação do campo.

### 4.3 TRANSFERÊNCIA DE POLÍTICAS E PROGRAMAS CULTURAIS

Uma dimensão da convergência entre políticas públicas e política externa é o processo cada vez mais recorrente de transferência de políticas públicas. Dolowitz e Marsh (2000) consideram a transferência o processo pelo qual "o conhecimento a respeito de políticas, arranjos administrativos, instituições e ideias em um sistema político são usadas no desenvolvimento de políticas, arranjos administrativos, instituições e ideias em outro sistema político". Existem vários indícios na política cultural do Brasil dos últimos anos tanto de convergência com políticas internacionais, quanto de transferência de políticas brasileiras para países vizinhos. Houve também o caso de implementação de um programa voltado à inclusão social através de orquestras infantis e juvenis baseado no programa venezuelano chamado "El Sistema". Em 2013, uma missão do Ministério visitou Caracas a fim de conhecer melhor o programa, que segundo o MinC, deveria ser implementado nas CEUs das cinco regiões do Brasil (BRASIL, 2013c).

Em um esforço de condensação e frente à falta de estudos no tema, nesta seção nos ateremos a duas iniciativas do último tipo: a transferência do programa Cultura Viva no âmbito ibero-americano e a transferência do Programa de Fomento à Produção e Teledifusão do Documentário Brasileiro (DOCTV) no âmbito da OEI e da CPLP. Os autores atentam para o fato de que a transferência de políticas nem sempre é bem-sucedida (DOLOWITZ; MARSH, 2000). Como as duas iniciativas são relativamente recentes, nos restringiremos a descrevê-las, sem aprofundar-nos sobre o sucesso ou falha das políticas transferidas.

O Programa Cultura Viva foi implementado nos primeiros anos da gestão Gil do Ministério da Cultura com o objetivo de transformar a relação entre o MinC e a sociedade civil, estimulando a participação social, a colaboração em rede e a gestão compartilhada das políticas públicas de cultura. O principal instrumento são os Pontos de Cultura - grupos, coletivos ou organizações comunitárias que já realizam atividades culturais - que podem receber pequenos aportes financeiros<sup>11</sup>, para viabilizar e incrementar seu potencial de produção e difusão cultural na comunidade. O programa apoia iniciativas ligadas à cultura de base comunitária, indígenas, quilombolas, de matriz africana, da economia solidária, produção cultural urbana e periférica, cultura digital, cultura popular e contempla todas as linguagens artísticas. Os mais de 4.500 Pontos integram a Rede Cultura Viva, uma plataforma que põe em contato os realizadores

---

<sup>11</sup> Em 2015, o valor máximo do fomento a cada Ponto de Cultura era R\$ 360 mil, com parcela anuais limitadas a R\$120 mil (BRASIL, 2015b)

culturais comunitários de todas as regiões do Brasil. Em 2014, o programa foi transformado em política de Estado pela Lei Federal nº 13.018 (BRASIL, 2017b).

Os Pontos de Cultura chamaram a atenção de vários países latino-americanos. Em 2009, a Secretaria de Cultura argentina e o MinC iniciaram um diálogo para reproduzir o programa no país vizinho (CASTRO, 2012). Em 2011, foi adotado o programa “*Puntos de Cultura*”, com algumas adaptações. Os Pontos de Cultura também são mencionados em alguns documentos bilaterais com outros países sul-americanos, como os já citados programas de cooperação com a Colômbia e o Peru, ambos de 2009.

No entanto, foi no âmbito do sistema ibero-americano (OEI) que a proposta brasileira de transferência do Cultura Viva para outros países latino-americanos ganhou ímpeto. O Ministério da Cultura anunciou sua proposta no 2º Congresso Ibero-americano de Cultura em 2009. Após 5 anos de tratativas, os Estados ibero-americanos aprovaram o Programa Ibercultura Viva, em 2014. O Ibercultura Viva conta com um fundo especial para sua implementação, e tem como países membros a Argentina, Brasil, Chile, Costa Rica, El Salvador, Equador, Espanha, Guatemala, México, Peru e Uruguai (IBERCULTURA VIVA, 2017). Desde sua aprovação até julho de 2017, o Ministério da Cultura brasileiro presidia o Comitê Executor e sediava a Unidade Técnica, funções assumidas atualmente pelo Ministério de Cultura argentino (ARGENTINA, 2017b). Segundo as informações disponíveis nas páginas dos Ministérios de Cultura, existem mais de 700 Pontos de Cultura na Argentina (ARGENTINA, 2017a), enquanto no Peru existem 287 Pontos (PERU, 2017). Apenas o Ministério argentino faz referência direta ao programa original brasileiro, mas a influência do mesmo nos demais países membros do Ibercultura Viva é evidente.

Já o Programa de Fomento à Produção e Teledifusão do Documentário Brasileiro (DOCTV) foi uma iniciativa implementada pelo MinC em coordenação com a Empresa Brasileira de Comunicações (EBC) e as TVs públicas regionais por meio de concursos para produtores independentes. Os seus objetivos eram fomentar e descentralizar a produção de documentários que retratassem as múltiplas facetas culturais presentes no território brasileiro. Como discutem Moreira, Bezerra e Rocha (2010), o DOCTV Brasil tornou-se referência internacional em fomento à produção, distribuição e formação para o audiovisual independente. O seu modelo de gestão inspirou a criação de programas supranacionais: o DOCTV Latinoamérica e o DOCTV CPLP.

A página institucional do DOCTV Latino-América afirma que “A experiência positiva no Brasil motivou a Conferência das Autoridades Cinematográficas e Audiovisuais da América Latina CAACI a formular uma iniciativa para implementar o projeto e os objetivos do programa

brasileiro em toda a região latino-americana.”, criando uma rede entre produtores, gestores e televisoras públicas da região e selecionando uma obra de cada um dos 15 países membros<sup>12</sup> a cada edição (CAACI, 2017). A SAV atuou como Secretaria Executiva da primeira edição do programa, entre 2005 e 2007 (NOVAIS, 2013). De forma similar, o programa foi adotado pela CPLP em 2010. Em 2015, os nove países de língua oficial portuguesa anunciaram a segunda edição do DOCTV-CPLP e uma nova iniciativa para telefilmes de ficção baseados obrigatoriamente em obras literárias nacionais, o FICTV. Além das iniciativas em blocos internacionais, Colômbia e México implementaram modelos similares seu território (MOREIRA; BEZERRA; ROCHA, 2010).

#### 4.4 FEIRAS INTERNACIONAIS

Cabe deter-se ainda sobre a promoção da cultura brasileira pelo MinC em eventos internacionais. Por um lado, há eventos dedicados exclusivamente à difusão da cultura brasileira em outros países, como o ano do Brasil na França (2005) e o ano do Brasil em Portugal (2012), organizados principalmente pelo Itamaraty. Alguns trabalhos se dedicaram a estudar esses projetos, especialmente o ano do Brasil na França, que gerou resultados econômicos expressivos para o país (DE BARROS, 2016; MENEZES, 2015; AMARAL, 2008). Existe outra dimensão que deve ser considerada: a participação do Brasil como convidado especial em diversos eventos culturais internacionais. Trata-se de feiras e festivais em que a cada ano um país é convidado a apresentar sua cultura, com direito a expor um estande central (no caso de feiras), propor atividades da programação geral e levar apresentações artísticas.

O Quadro 3 lista as feiras, festivais e demais eventos que tiveram o Brasil como Convidado de Honra ou posição similar, o ano em que aconteceram e os países que sediaram cada evento. É importante notar, no entanto, que muitos festivais têm gestão independente do governo central de seu país, de forma que não possuem relação direta com a sua política externa oficial.

---

<sup>12</sup> Argentina, Chile, Uruguai, Brasil, Bolívia, Peru, Colômbia, Venezuela, Panamá, Costa Rica, Porto Rico, Cuba, México, Portugal e Espanha (NOVAIS, 2013).

Quadro 3 – Festivais estrangeiros em que o Brasil participou como convidado especial

País-sede	Ano	Evento
França	2015	Salão do Livro de Paris
Itália	2014	Feira do Livro Infantil e Juvenil de Bolonha
França	2014	Mercado Internacional do Disco e da Edição Musical - MIDEM 2014
Colômbia	2014	Festival Ibero-americano de Teatro de Bogotá
Alemanha	2013	Feira do Livro de Frankfurt
Colômbia	2012	Feira Internacional do Livro de Bogotá
França	2012	Festival de Cannes
Bélgica	2011	Europalia.Brasil
República do Congo	2011	Festival Panafricano de Música
Senegal	2010	III Festival Mundial das Artes Negras
Rep Dominicana	2008	Feira do Livro de Santo Domingo
Espanha	2008	Feira de Arte Contemporânea Arco Madrid - ARCO'08
Itália	2008	Festival da Criatividade

Fonte: Elaboração própria a partir de BRASIL (2017a).

As feiras literárias se destacam no período estudado. A mais significativa é a Feira do Livro de Frankfurt, pois é a maior e mais tradicional feira do setor editorial. Como Muniz Jr. e Szpilbarg (2016) colocam, expor em uma feira como a de Frankfurt envolve pelo menos duas disputas: uma no campo simbólico – validação do campo artístico - e outra no campo econômico - possibilidade de fechar negócios com editoras, distribuidoras e agências de direitos editoriais. Por isso, a posição de convidado de honra é de extrema relevância para o objetivo de difusão a obra literária de autores brasileiros no exterior. Por outro lado, aceitar o convite acarreta responsabilidades e custos para o país homenageado – que deve se mostrar à altura do evento. Muniz Jr. e Szpilbarg (2016) apontam justamente para a Feira de Frankfurt como ponto de virada no investimento do MinC no Programa de Apoio à Tradução e à Publicação de Autores Brasileiros no Exterior, coordenado pela Fundação Biblioteca Nacional (FBN) desde os anos 1990 e que desde 2010 recebe um aporte muito maior de recursos.

De maneira geral, a organização das delegações brasileiras para esses eventos envolve a coordenação de diferentes órgãos – a DRI, as assessorias internacionais das entidades vinculadas e secretarias do MinC ligadas ao tema do evento, representantes do Itamaraty. No caso das feiras literárias, a participação brasileira geralmente é organizada pela FBN, com apoio da DRI e da Divisão Cultural do MRE. Além dos órgãos federais, é importante também a participação da Câmara Brasileira do Livro. Para o festival Europalia.Brasil 2011, o MinC criou Comissariado Brasileiro do Festival Europalia, chefiado pelo secretário de Políticas Culturais

do Ministério da Cultura, Sérgio Mamberti, e integrado por representantes do MinC, do MRE, da FUNARTE e do IBRAM (FUNARTE, 2013).

#### 4.5 FOROS MULTILATERAIS

Por fim, mencionamos brevemente a participação do Ministério da Cultura em foros multilaterais, além dos projetos de cooperação em bloco já mencionados nas seções anteriores. A agenda multilateral da política cultural externa se orienta em torno de temas-chave que costumam ser discutidos em reuniões periódicas de organizações intergovernamentais. Dentre as organizações internacionais de maior relevância para a política cultural brasileira são: UNESCO, OEI, CPLP e MERCOSUL.

No âmbito da UNESCO, Novais e Brizuela (2010) destacam a volta do Brasil como membro permanente do Comitê do Patrimônio Mundial entre 2007 e 2011. Em 2010, a presidência do Comitê ficou a cargo do Ministro Juca Ferreira e foi sediada pelo MinC a 34ª Reunião do Comitê, onde as delegações discutiram por doze dias novas candidaturas e o estado de conservação de bens já declarados como Patrimônio da Humanidade (NOVAIS; BRIZUELA, 2010).

As reuniões de Ministros da Cultura, precedidas por reuniões de pontos focais de cada ministério, fazem parte da estrutura do Mercosul Cultural, da União de Nações Sul-americanas (UNASUL), da Comunidade de Estados Latino-americanos e Caribenhos (CELAC), da CPLP, da OEI e da Organização de Estados Americanos (OEA). Os Foros de Ministros de Cultura da América Latina e Caribe, que aconteciam desde 1989, foram incorporados à estrutura da CELAC em 2013. Na OEI, além dos Congressos e Conferências Ibero-americanas de Cultura, às quais comparecem as altas autoridades nacionais do bloco ligadas à cultura, vale destacar a Agenda Afrodescendentes das Américas, que tem a participação da Fundação Cultural Palmares (FCP). Além dos já citados Encontros Afro-Latinos, realizou-se também um programa para o fortalecimento das comunidades afro-rurais na América Latina, o Quilombo das Américas, sob coordenação da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República (IPEA, 2012).

Os BRICS também têm desenvolvido uma agenda de cooperação cultural, embora muito incipiente (NOVAIS; BRIZUELA, 2010). Em 2015, paralelamente à Cúpula dos BRICS, aconteceu a primeira reunião de ministros do bloco, em que foi assinado o Acordo entre os Governos dos Estados do bloco sobre Cooperação na Área da Cultura. É curioso notar a pouca expressividade do bloco na cooperação cultural brasileira, tendo em vista sua prioridade no

Plano Nacional de Cultura. Uma das possíveis explicações é a relativa distância geográfica e cultural-idiomática entre os países membros, que não são parceiros tradicionais no setor cultural.

O Mercosul Cultural é o foro em que a participação brasileira envolve mais órgãos do Sistema MinC e cujas reuniões são mais frequentes – a maioria das comissões se reúne semestralmente. Gradativamente, a agenda do Mercosul Cultural converge com outras organizações mais recentes na América Latina, a UNASUL e a CELAC. Um exemplo é a Reunião Interplataformas UNASUL-MERCOSUL de Prevenção e combate ao Tráfico Ilícito de Bens Culturais. Também podemos citar os esforços para implementação de sistemas de informação cultural, que acontecem tanto no âmbito da Comissão de Economia Criativa e Indústrias Culturais (CECIC) do Mercosul, com a participação da MinC na CECIC e nos Seminários SICSUL<sup>13</sup>, quanto na esfera ibero-americana, com a cooperação entre os Estados da região e o Convênio Andres Bello para implantar as Contas Satélites de Cultura nos sistemas nacionais de informação.

#### 4.6 MINC E MRE NA POLÍTICA CULTURAL EXTERNA

A análise das ações internacionais do Estado brasileiro no campo cultural leva à conclusão de que existe uma divisão de tarefas entre o Ministério da Cultura e o Ministério das Relações Exteriores, que é apresentada no quadro-resumo abaixo. Ambos os Ministérios realizam reuniões, celebram acordos e representam o Brasil em fóruns multilaterais ligados à cultura. A colaboração entre os ministérios se fez evidente em projetos de cooperação técnica e realização de exposições no exterior. Dessa forma, o quadro resume as funções em que cada ministério se *destacou*, não sendo uma representação exaustiva das suas atuações na política cultural externa.

Quadro 4 - Destaques da ação do MRE e do MINC na política cultural externa brasileira

<b>Ministério das Relações Exteriores</b>	<b>Ministério da Cultura</b>
Celebração de acordos internacionais (bilaterais e multilaterais)	Representação brasileira em encontros e reuniões multilaterais especializadas em cultura
Projetos de cooperação internacional (planejamento e coordenação)	Projetos de cooperação internacional (planejamento e execução)
Organização de eventos de difusão cultural	Participação de eventos de difusão cultural

Fonte: Elaboração própria.

<sup>13</sup> O Sistema de Informação Cultural do Sul (SICSUL) é um sistema integrado que reúne indicadores culturais de Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, Equador, Paraguai, Peru, Uruguai e Venezuela.



Vale ressaltar que o Ministério das Relações Exteriores não era o objeto de pesquisa, mas sua presença não pode passar despercebida na análise dos documentos e ações internacionais relacionados à cultura<sup>14</sup>. São necessários maiores avanços na pesquisa para definir com maior precisão quais são os termos da relação entre os dois ministérios no que tange à política cultural externa do Brasil. Ainda assim, essa divisão de tarefas encontrada à primeira vista se alinha com o que Milani e Pinheiro (2013) tratada no Capítulo 2, segundo a qual o principal desafio da horizontalização da política externa para os órgãos representativos tende a ser a coordenação entre os diferentes órgãos governamentais envolvidos, mais que a temida competição orçamentária entre burocracias. Essa perspectiva se aprofunda ao considerar as diferentes racionalidades e objetivos propostos aos dois ministérios e seus funcionários, seguindo a colocação de Cohen e Franco (2000).

Com relação às atribuições do Ministério da Cultura, propõe-se a definição de cinco formas de ação características. Aos três aspectos elencados no Quadro 4 – participação em foros multilaterais, cooperação técnica e participação em eventos culturais internacionais -, acrescenta-se o encaminhamento de agendas bilaterais com os agentes da política cultural do país parceiro, e a transferência de alguns programas da política cultural brasileira para o exterior. É possível que estas últimas sejam o que realmente distingue a forma de atuação internacional do Ministério da Cultura das demais ações encaminhadas pelo Itamaraty e outros órgãos na política cultural externa brasileira.

---

<sup>14</sup> Outros estudos analisam a política externa em cultura desenvolvida especificamente pelo Itamaraty (RIBEIRO, 2011; BARÃO, 2012; NOVAIS, 2013).

## 5 CONCLUSÃO

Ao longo das últimas décadas, se observou um processo de horizontalização da política externa em convergência com a internacionalização de agendas domésticas de políticas públicas. Como consequência, diversos órgãos nacionais tradicionalmente encarregados de políticas domésticas têm desempenhado papéis nas relações internacionais, enquanto o leque de temáticas na agenda dos ministérios diretamente responsáveis pelas relações exteriores cresceu. Isto se relaciona com o aumento de responsabilidades que devem ser observadas pelos formuladores da política externa, considerando as demandas sociais que partem de dentro e fora do território nacional.

Nesse panorama, a cultura passou a receber maior atenção na agenda da política externa do Brasil. A defesa brasileira da Convenção sobre a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais em 2005 pode ser considerado um marco, tendo em vista a importância do Brasil para a sua aprovação na UNESCO, por um lado, e o papel do Ministério da Cultura e do próprio ministro à época, por outro lado, para a definição da posição oficial brasileira quanto aos bens culturais. A partir desse contexto, contemplou-se os atores da política cultural dirigida ao exterior, questionando qual o papel desempenhado pelo Ministério da Cultura. Essa questão teve como base a criação de um órgão especializado para ação internacional no interior do MinC e o aporte de estudos anteriores sobre a diplomacia cultural brasileira dos anos 2000, que mencionavam o crescimento de atuação do MinC nas relações internacionais em coordenação com o Departamento Cultural do MRE.

Este trabalho teve como objetivo identificar a influência do Ministério na pauta cultural das relações exteriores do país, analisando em que medida este poderia ser qualificado como um ator efetivo de política externa. Concluiu-se que esta influência tem dois aspectos: a definição dos tópicos na agenda política e a representação formal do Estado brasileiro no exterior. Foram encontrados pelo menos cinco modos de atuação pelos quais o Ministério da Cultura exerce o papel de ator de política externa: o encaminhamento de agendas bilaterais, a execução de projetos de cooperação técnica internacional, a transferência de programas nacionais, a organização de eventos culturais internacionais e a participação qualificada em órgãos internacionais especializados.

Conforme exposto no capítulo 2, atores são indivíduos ou entidades que logram influenciar direta ou indiretamente o conteúdo ou os resultados de uma política e são capazes de tomar decisões e atuar em um dado contexto, sendo que os principais atores de política externa são aqueles formalmente responsáveis. Dessa forma, no capítulo seguinte tratou-se

brevemente das reformulações vividas no Ministério e que resultaram em um conjunto consistente de princípios, diretrizes e metas, qualificando a atuação do mesmo como ator coletivo. Além disso, foram retratadas as expectativas e as competências formais atribuídas ao MinC e suas secretarias para a ação internacional.

A leitura de documentos publicados pelo MinC relacionados ao Plano Nacional de Cultura permitiu identificar que as orientações de política cultural para o MinC estão centradas na proteção e promoção da diversidade e do patrimônio culturais brasileiros, o fortalecimento institucional, o fortalecimento da economia criativa, a democratização cultural e o estímulo à participação social na gestão cultural. As diretrizes para a ação externa incluem a internacionalização da cultura brasileira, com foco especial para a difusão de obras literárias; a cooperação técnica relacionada a programas nacionais; a participação qualificada em foros internacionais especializados e o estímulo à oferta cultural nas regiões de fronteira.

No capítulo 4, foram destacados alguns pontos da política cultural externa empreendida pelo Ministério da Cultura. Em primeiro lugar, observou-se a adoção dos princípios da diversidade, da proteção ao patrimônio e do fortalecimento da economia criativa em acordos e programas de cooperação bilateral em cultura. Enquanto muitos acordos internacionais ligados ao tema foram firmados por representantes do Itamaraty, a participação formal do MinC e de entidades vinculadas foi observada no desenvolvimento de etapas posteriores de cooperação, como na assinatura de termos e protocolos de cooperação e na realização de reuniões com parceiros internacionais.

A realização de programas de cooperação técnica e na transferência de programas nacionais de política cultural a países da América do Sul e membros da CPLP, como o Ibercultura Viva e o DOCTV CPLP, foi um ponto em que o papel do Ministério ficou evidente. Trata-se ações que só puderam existir fundamentadas na expertise dos agentes do Sistema MinC e no desenvolvimento de políticas culturais inéditas por parte do Ministério. A principal área da cooperação técnica foi a preservação da memória e do patrimônio e foram executadas por funcionários do MinC e das entidades vinculadas IPHAN e IBRAM. Foram apresentados também outros dois tipos de política cultural exterior levadas a cabo pelo Ministério: a participação especial em feiras internacionais e a presença em foros multilaterais, como o Mercosul Cultural e o Comitê Mundial do Patrimônio.

Em relação aos países considerados preferenciais no Plano Nacional de Cultura, a prática corresponde às expectativas. Os países BRICS configuram uma exceção, pois apenas a China apareceu em destaque nos atos bilaterais revisados, e a atuação do bloco como tal ainda é incipiente. É interessante observar que, em todos os aspectos estudados, salvo as feiras, os laços

mais fortes de cooperação se dão com os países da América do Sul. Em um segundo nível observa-se os países africanos de língua portuguesa e alguns países europeus, como França e Itália, bilateralmente, e Portugal e Espanha, em blocos multilaterais. É possível notar que a Europa tem maior relevância nas atividades de difusão cultural, nomeadamente as feiras e festivais, enquanto as atividades de cooperação técnica se dão com os parceiros sul-americanos e africanos.

Após a revisão das ações internacionais empreendidas pelo MinC no capítulo 4, conclui-se que a política externa cultural dos últimos 10 anos incorporou princípios defendidos pelo MinC e contou com a participação formal do mesmo. Assim, é possível confirmar a hipótese de que o MinC se tornou de fato um ator da política externa, encarregado das políticas culturais. Essa afirmação deve ser relativizada, pois a estrutura institucional do Ministério ainda restringe o seu poder de atuação. Além disso, parte considerável da política cultural externa ainda é dirigida e executada pelo Ministério das Relações Exteriores, como órgão responsável pela política externa brasileira. Logo, não se trata de uma competição entre os Ministérios pela pauta cultural, mas sim de colaboração e complementação.

Um ponto relevante que cabe levantar é: o que a atuação do MinC significa para a política cultural internacional do país e sua relação com a sociedade brasileira? Não existe consenso sobre o caráter participativo das políticas do MinC após 2003, embora as diretrizes que utilizamos como parâmetro - e que foram, até certa medida, verificadas - tenham resultado de um processo que pretendia ser uma inovação em termos de participação social. Assim, uma leitura um tanto simplista poderia afirmar que a política cultural internacional empreendida pelo MinC, na medida em que se orientou pelas demandas articuladas no Plano Nacional de Cultura, teria maior legitimidade frente à sociedade. Essa afirmação necessitaria ser qualificada por estudos mais aprofundados, que fogem ao escopo deste trabalho. Um fato, no entanto, é que o discurso observado nas ações internacionais do MinC propaga o respeito e o incentivo às manifestações culturais populares a partir do eixo da diversidade cultural. Este é um marco que diferencia a política cultural externa recente daquela desenvolvida no século XX, em que a cultura popular só tinha espaço enquanto potencial econômico.

A respeito do conteúdo da política, nota-se maior relação com os programas domésticos da política cultural. Nesse sentido, é clara a aproximação da política cultural externa com os objetivos, agentes e temas próprios do campo cultural brasileiro, em oposição à tradicional diplomacia cultural motivada por objetivos estratégicos alheios às necessidades culturais domésticas. Analisando questão sob um outro ponto de vista, seria possível afirmar que existe uma instrumentalização do aparato da política cultural doméstica em prol dos relacionamentos

com países prioritários da política externa brasileira. Dessa forma, a internacionalização da cultura brasileira vai além da difusão da produção cultural local e divulga as próprias políticas culturais. Isto é, no período estudado, observou-se que o próprio *modo de fazer política cultural* foi disseminado para a comunidade internacional pelo Ministério. Nada mais natural quando se considera, como declarou o Ministro Gilberto Gil (2003, p. 11), que “formular políticas públicas para a cultura é, também, produzir cultura”. Esta convergência entre políticas para o público interno e políticas para o público externo, passando pela divisão de tarefas entre diferentes órgãos federais, é justamente do que trata o conceito de horizontalização da política externa discutido no primeiro capítulo.

Cabe destacar, por fim, que este trabalho tem um caráter exploratório e limitou-se ao estudo de um ator específico. Restam muitas questões a serem respondidas. Quais seriam as causas da mudança de atuação do Ministério observada em relação à esfera internacional? É produto de um projeto de governo, iniciativa de algumas autoridades, resposta a demandas sociais? Qual a influência do sistema internacional e agentes nacionais de outros países para esse processo? Conclui-se com a convicção de que o estudo da política cultural externa brasileira se provou um campo fértil para a pesquisa e permanece um caminho a ser percorrido pelos pesquisadores atentos às questões culturais.

## REFERÊNCIAS

AGÊNCIA BRASILEIRA DE COOPERAÇÃO – ABC. Carteira de projetos e atividades. In: \_\_\_\_\_. **Projetos**: cooperação recebida. Brasília, DF, 2017a. Disponível em: <<http://www.abc.gov.br/Projetos/CooperacaoRecebida/ProjetoseAtividades>>. Acesso em 26 nov. 2017.

\_\_\_\_\_. **Pesquisa de projetos**. Brasília, DF, 2017b. Disponível em <<http://www.abc.gov.br/Projetos/pesquisa>>. Acesso em 25 nov. 2017.

ÁLVAREZ, Vera C. **Diversidade cultural e livre comércio**. Brasília, DF: FUNAG, 2015.

AMARAL, Ruy Pacheco de Azevedo. **O ano do Brasil na França**: um modelo de intercâmbio cultural. Brasília: FUNAG, 2008.

ARGENTINA. Ministerio de Cultura. **Mapa de los puntos de cultura**. Buenos Aires, 2017a. Disponível em: <<https://puntos.cultura.gob.ar/mapa-de-los-puntos-de-cultura/>> . Acesso em 01 dez. 2017.

\_\_\_\_\_. **Que es Ibercultura Viva**. Buenos Aires, 2017b. Disponível em: <[https://www.cultura.gob.ar/que-es-ibercultura-viva-y-por-que-esta-en-argentina\\_4127](https://www.cultura.gob.ar/que-es-ibercultura-viva-y-por-que-esta-en-argentina_4127)>. Acesso em 29 nov. 2017.

BARÃO, Giulia. **A diplomacia cultural na Política Externa do Governo Lula**: um novo projeto de desenvolvimento nacional (2003-2010). 2012. Trabalho de Conclusão (Graduação em Relações Internacionais) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/71685>>. Acesso em 25 abr. 2017.

BIRKLAND, Thomas. Agenda setting in Public Policy. In: FISCHER, F.; MILLER, G.; SIDNEY, M (Ed.). **Handbook of Public Policy Analysis: Theory, Politics and Methods**. Boca Raton: CRC Press, 2006. p. 63-78.

BRASIL. **Constituição Federal**. Brasília, DF, 1988. Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)>. Acesso em: 25 out. 2017.

\_\_\_\_\_. Constituição (1988). **Emenda Constitucional nº 48, de 10 de agosto de 2005**. Acrescenta o § 3º ao art. 215 da Constituição Federal, instituindo o Plano Nacional de Cultura. Brasília, DF, 2005. Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Emendas/Emc/emc48.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Emendas/Emc/emc48.htm)>. Acesso em 25 out. 2017.

BRASIL. Ministério da Cultura. **As 53 metas do Plano Nacional de Cultura**. Brasília: 2013a.

\_\_\_\_\_. **Cooperação cultural ibero-americana**. Brasília, 02 de abril de 2013. 2013b. Disponível em: <[goo.gl/uaJZVF](http://goo.gl/uaJZVF)>. Acesso em: 16 dez. 2017.

\_\_\_\_\_. **Brasil aprofunda intercâmbio cultural com a França**. Brasília, DF, 29 mar. 2015. 2015a. Disponível em: <<http://www.cultura.gov.br/noticias-destaques/>>.

/asset\_publisher/OiKX3xlR9iTn/content/brasil-aprofunda-intercambio-cultural-com-a-franca/10883/maximized> . Acesso em 29 nov. 2017.

\_\_\_\_\_. **Centro Lucio Costa recebe novas adesões.** Brasília, DF, 10 abr. 2014. Disponível em: <[http://www.cultura.gov.br/noticias-destaques/-/asset\\_publisher/OiKX3xlR9iTn/content/centro-lucio-costa-recebe-novas-adesoes/10883](http://www.cultura.gov.br/noticias-destaques/-/asset_publisher/OiKX3xlR9iTn/content/centro-lucio-costa-recebe-novas-adesoes/10883)>. Acesso em: 30 nov. 2011.

\_\_\_\_\_. **Instrução normativa nº 1, de 7 de abril de 2015.** Regulamenta a Lei nº 13.018, de 22 de julho de 2014, que institui a PNCV e dá outras providências. Brasília, DF, 2015b.

\_\_\_\_\_. **Notícias Destaques.** 2017a. Disponível em: <<http://www.cultura.gov.br/noticias-destaques>>. Acesso em 01 dez. 2017.

\_\_\_\_\_. **O que é Cultura Viva.** 2017b. Disponível em: <<http://culturaviva.gov.br/saiba-mais/#o-que-e-cultura>>. Acesso em 01/12/2017.

\_\_\_\_\_. **Plano Nacional de Cultura: Diretrizes Gerais.** 2 ed. rev.. Brasília: Minc, 2008a. 100 p.

BRASIL. Ministério da Cultura; ARGENTINA. Secretaria de Cultura. **Declaração de Buenos Aires.** Buenos Aires, 15 nov. 2011. In: BRASIL. Ministério da Cultura. **Acordo Brasil - Argentina.** Brasília, DF, 2011. Disponível em: <<https://goo.gl/UeGpx3>>. Acesso em 01 dez. 2017.

BRASIL. Presidência da República. **Decreto nº 4.805, de 12 de agosto de 2003.** Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e Funções Gratificadas do Ministério da Cultura, e dá outras providências. Brasília, DF, 2003.

Disponível em:

<[http://legislacao.planalto.gov.br/legisla/legislacao.nsf/Viw\\_Identificacao/DEC%204.805-2003?OpenDocument](http://legislacao.planalto.gov.br/legisla/legislacao.nsf/Viw_Identificacao/DEC%204.805-2003?OpenDocument)> . Acesso em 8 out. 2017.

\_\_\_\_\_. **Decreto nº 6368, de 30 de janeiro de 2008.** Dispõe sobre o remanejamento de cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores – DAS, altera a Estrutura Regimental do Ministério da Cultura, aprovada pelo Decreto no 5.711, de 24 de fevereiro de 2006, e dá outras providências. Brasília, DF, 2008b. Disponível em: <[http://legislacao.planalto.gov.br/legisla/legislacao.nsf/Viw\\_Identificacao/DEC%206.368-2008?OpenDocument](http://legislacao.planalto.gov.br/legisla/legislacao.nsf/Viw_Identificacao/DEC%206.368-2008?OpenDocument)>. Acesso em 8 out. 2017.

\_\_\_\_\_. **Decreto nº 6.835, de 30 de abril de 2009.** Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas do Ministério da Cultura, e dá outras providências. Brasília, DF, 2009. Disponível em:

<[http://legislacao.planalto.gov.br/legisla/legislacao.nsf/Viw\\_Identificacao/DEC%206.835-2009?OpenDocument](http://legislacao.planalto.gov.br/legisla/legislacao.nsf/Viw_Identificacao/DEC%206.835-2009?OpenDocument)>. Acesso em 8 out. 2017.

\_\_\_\_\_. **Decreto nº 7.743, de 31 de maio de 2012.** Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas do Ministério da Cultura. Brasília, DF, 2012. Disponível em: <

[http://legislacao.planalto.gov.br/legisla/legislacao.nsf/Viw\\_Identificacao/DEC%207.743-2012?OpenDocument](http://legislacao.planalto.gov.br/legisla/legislacao.nsf/Viw_Identificacao/DEC%207.743-2012?OpenDocument)>. Acesso em 8 out. 2017.

BRASIL. **Projeto promove inclusão social por meio da música.** Brasília, DF, 12 nov. 2013c. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/cultura/2013/11/projeto-venezuelano-promove-inclusao-social-por-meio-da-musica>>. Acesso em 14 dez. 2017.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. **Concórdia: Atos Internacionais [2007 – 2015].** Base de dados. Brasília, DF, 2017c. Disponível em: <<https://concordia.itamaraty.gov.br/>>. Acesso em: 27 nov. 2017.

BRASIL; PERU. Ata Final da II Reunião da Comissão Mista Cultural: Anexo 3. Lima, 12 ago. 2009. In: BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. **Concórdia: Atos Internacionais.** Brasília, DF, 2017. Disponível em: <<https://concordia.itamaraty.gov.br/detalhamento/6459>>. Acesso em: 27 nov. 2017.

CONFERÊNCIA DAS AUTORIDADES CINEMATOGRAFICAS E AUDIOVISUAIS DA AMÉRICA LATINA - CAACI. **DOCTV Latinoamérica: I Edição.** [S.l.], 2017. Disponível em: <<http://doctvlatinoamerica.org/i-edicao/>>. Acesso em: 29 nov. 2017.

CALABRE, Lia. **Políticas culturais no Brasil: dos anos 1930 ao século XXI.** Rio de Janeiro: FGV Editora, 2009.

\_\_\_\_\_. **Políticas culturais no Brasil: um histórico.** Texto apresentado no I Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura, realizado em Salvador, Bahia, em 14 e 15 de abril de 2005. Disponível em: <<http://www.cult.ufba.br/enecul2005/LiaCalabre.pdf>>. Acesso em 16 out. 2017.

CASTRO, Nazaret. No todo es bellas artes. **Le Monde Diplomatique, edición cono sur,** Buenos Aires, abr. 2012. Disponível em: <<http://www.eldiplo.org/index.php/archivo/154-el-subsuelo-en-disputa1/no-todo-es-bellas-artes/>>. Acesso em: 01 dez. 2017.

CERVO, Luiz Amado; BUENO, Clodoaldo. **História da política exterior do Brasil.** Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2014.

COHEN Ernesto; FRANCO, Rolando. **Avaliação de projetos sociais.** Petrópolis: Vozes, 2000.

CULL, Nicholas. La diplomacia pública: consideraciones teóricas. **Revista Mexicana de Política Exterior,** Cidade do México, v. 85, nov. 2008/feb. 2009.

DANTAS, Marcelo. O Brasil e a Convenção Internacional da Diversidade Cultural. In: BRASIL. Ministério da Cultura. **1ª Conferência Nacional de Cultura 2005/2006 (Anais).** Brasília, 2007. Disponível em: <[http://cnpcc.cultura.gov.br/wp-content/uploads/sites/3/2017/03/ANAIS-I-CNC\\_3%C2%AA-PARTE.pdf](http://cnpcc.cultura.gov.br/wp-content/uploads/sites/3/2017/03/ANAIS-I-CNC_3%C2%AA-PARTE.pdf)>. Acesso 07 dez. 2017.

DE BARROS, Laan Mendes. Representações da cultura brasileira na mídia francesa: 2005–o Ano do Brasil na França. **LÍBERO,** São Paulo, n. 18, p. 93-104, 2016.

DENTE, Bruno; SUBIRATS, Joan. **Decisiones Públicas: el análisis y estudio de los procesos de decisión en políticas públicas.** Barcelona: Ariel, 2014.

DINNIE, Keith. **Nation branding: Concepts, issues, practice.** Oxford: Routledge, 2015.



DOLOWITZ, David P.; MARSH, David. Learning from abroad: The role of policy transfer in contemporary policy-making. **Governance**, [s.l], v. 13, n. 1, p. 5-23, 2000.

DUMONT, Juliette; FLÉCHET, Anaïs. “Pelo que é nosso!”: a diplomacia cultural brasileira no século XX. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 34, n. 67, 2014.

FRANÇA, Cassio Luiz da; BADIN, Michelle Rattón Sanchez. Análises e Propostas. **A inserção internacional do poder executivo federal brasileiro**, São Paulo, n. 40, ago. 2010.

FUNARTE. **Catálogo Europalia**. Brasília: Funarte, 2013.

GARCÍA CANCLINI, Néstor. Definiciones en transición. In: CLASCO (Ed.). **Estudios Latinoamericanos sobre cultura y transformaciones sociales en tiempos de globalización**. Buenos Aires: 2001. p. 57-67. Disponível em: <<http://biblioteca.clasco.edu.ar/clasco/gt/20100912035750/5canclini.pdf>>. Acesso em 28 maio 2017.

GIL, Gilberto. **Discursos do Ministro da Cultura Gilberto Gil (2003)**. Brasília, DF: Ministério da Cultura, 2003. Disponível em: <<http://rubi.casaruibarbosa.gov.br/handle/123456789/2095>>. Acesso em 07 dez. 2017.

HILL, Christopher. **The Changing Politics of Foreign Policy**. London: Palgrave Macmillan, 2003.

HUDSON, Valerie M. Foreign policy analysis: actor-specific theory and the ground of international relations. **Foreign policy analysis**, [s.l], v. 1, n. 1, p. 1-30, 2005.

IBERCULTURA VIVA. **Organización**. [Buenos Aires, 2017]. Disponível em: <<http://iberculturaviva.org/o-programa/organizacao/?lang=es>>. Acesso em 29 nov. 2017.

INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS - IBRAM. **Após acordo de cooperação, primeira missão do Ibram chega ao Haiti**. Brasília, 18 de maio de 2012. Disponível em: <<http://www.museus.gov.br/apos-acordo-de-cooperacao-primeira-missao-do-ibram-chega-ao-haiti/>>. Acesso em: 09 dez. 2017.

INSTITUTO DE PESQUISAS ECONÔMICA APLICADA - IPEA. **Cooperação brasileira para o desenvolvimento internacional: 2011 – 2013**. Brasília: IPEA: ABC, 2016.

\_\_\_\_\_. **Quilombos das Américas: articulação de comunidades afro-rurais**: documento síntese. Brasília: Ipea; SEPPIR, 2012.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL - IPHAN. **Cooperação Técnica Internacional**. Brasília, 2017. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/597/>>. Acesso em 25 nov. 2017.

\_\_\_\_\_. Benim. In: \_\_\_\_\_. **Ação Internacional: Cooperação Bilateral**. Brasília, março de 2015. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/600/>>. Acesso em 26 nov. 2017.

\_\_\_\_\_. Cabo Verde. In: \_\_\_\_\_. **Ação Internacional: Cooperação Bilateral**. Brasília, março de 2015. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/602/>>. Acesso em 26 nov. 2017.

LACERDA, Alice Pires de; MARQUES, Carolina; ROCHA, Sophia. Programa Cultura Viva: uma nova política do Ministério da Cultura. In: RUBIM, Albino (Org.). **Políticas culturais no Governo Lula**. Salvador: EDUFBA, 2010. p. 111-132.

LESSA, Mônica L. Cultura e Política Externa: o lugar do Brasil na cena internacional (2003-2010). In: SUPPO, Rogério; LESSA, Mônica. **A quarta dimensão das Relações Internacionais**. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2012.

MADEIRA, Mariana Gonçalves. **Economia criativa: implicações e desafios para a política externa brasileira**. Brasília: FUNAG, 2014.

MILANI, Carlos R.S.; PINHEIRO, Leticia. Política Externa Brasileira: os desafios de sua caracterização como política pública. **Contexto Internacional**, Rio de Janeiro, v. 35, n. 1, p. 11, 2013.

MENEZES, Clarice Cristine Ferreira. **Representações identitárias e projeção internacional: a diplomacia cultural brasileira (2003-2009)**. 2015. Tese (Doutorado em História, Política e Bens Culturais) - Fundação Getúlio Vargas.

MOREIRA, Fayga; BEZERRA, Laura; ROCHA, Renata. A Secretaria do Audiovisual: políticas de cultura, políticas de comunicação. In: RUBIM, Albino (Org.). **Políticas culturais no Governo Lula**. Salvador: EDUFBA, 2010. p. 133-158.

MUNIZ JR., José de Souza; SZPILBARG, Daniela. Edição e tradução, entre a cultura e a política: Argentina e Brasil na Feira do Livro de Frankfurt. **Soc. estado.**, Brasília, v. 31, n. 3, p. 671-692, dez. 2016.

NOVAIS, Bruno. **Caminhos trilhados, horizontes possíveis: um olhar sobre a diplomacia cultural do Estado brasileiro no período de 2003 a 2010**. 2014. 247 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós-graduação em Cultura e Sociedade, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2013. Disponível em: <[https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/14952/1/Dissertacao\\_Mestrado\\_Bruno\\_do\\_Vale\\_Novais\\_Pos\\_Cultura\\_UFBA.pdf](https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/14952/1/Dissertacao_Mestrado_Bruno_do_Vale_Novais_Pos_Cultura_UFBA.pdf)>. Acesso em 15 jun. 2017.

NOVAIS, Bruno; BRIZUELA, J.. Políticas Internacionais. In: RUBIM, Albino (Org.). **Políticas culturais no Governo Lula**. Salvador: EDUFBA, 2010. p. 219-240.

PASCHALIDIS, Gregory. Exporting national culture: histories of Cultural Institutes abroad. **International Journal of Cultural Policy**, [s.l], v. 15, n. 3, p. 275-289, Aug. 2009

PECEQUILO, Cristina S. A política externa do Brasil no século XXI: os eixos combinados de cooperação horizontal e vertical. **Revista Brasileira de Política Internacional**, Brasília, v. 51, n. 2, p. 136-153, 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbpi/v51n2/v51n2a09>>. Acesso em 30 nov. 2017.

PERU. Ministerio de Cultura. Los Puntos. In: \_\_\_\_\_. **Puntos de Cultura**. Lima, 2017. Disponível em: <<http://www.puntosdecultura.pe/los-puntos>>. Acesso em 29 nov. 2017.

REIS, Paula Félix dos. Plano Nacional de Cultura: estratégias e ações para dez anos. In: RUBIM, Albino (Org.). **Políticas culturais no Governo Lula**. Salvador: EDUFBA, 2010. P. 49-66.

REIS, Paula Félix dos. Políticas Nacionais de Cultura: o documento de 1975 e a proposta do governo Lula/Gil. **Políticas culturais em revista**, Salvador, v. 2, n. 1, p. 73-90, 2008. Disponível em: < <https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/1235/1/2450.pdf>>. Acesso em 04 dez. 2017.

RIBEIRO, Edgar Telles. **Diplomacia cultural**. Brasília: FUNAG, 2011.

RUBIM, Albino. Crise e políticas culturais. In: BARBALHO, Alexandre et al. **Cultura e desenvolvimento: perspectivas políticas e econômicas**. Salvador: EDUFBA, 2011.

\_\_\_\_\_. Políticas culturais e novos desafios. **MATRIZES**, São Paulo, v. 2, n. 2, primeiro semestre 2009.

\_\_\_\_\_. Políticas culturais no Brasil: tristes tradições, enormes desafios. In: RUBIM, Albino; BARBALHO, Alexandre (Org.). **Políticas Culturais no Brasil**. Salvador: EDUFBA, 2007. v. 1, p. 11-36.

\_\_\_\_\_. Políticas culturais no Governo Lula. In: RUBIM, Albino (Org.). **Políticas culturais no Governo Lula**. Salvador: EDUFBA, 2010. p. 9-24.

SECCHI, Leonardo. **Políticas públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos**. 2. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2013.

SIMIS, Anita. A política cultural como política pública. In: RUBIM, Albino; BARBALHO, Alexandre (Org.). **Políticas Culturais no Brasil**. Salvador: EDUFBA, 2007. v. 1, p. 133-155.

SOARES, Maria Susana Arrosa. Diplomacia cultural no Mercosul. **Revista brasileira de política internacional**, Brasília, v. 51, n. 1, p. 53-69, 2008.

SOTO, Cecília et al. Políticas públicas de cultura: os mecanismos de participação social. In: RUBIM, Albino (Org.). **Políticas culturais no Governo Lula**. Salvador: EDUFBA, 2010. p. 25-47.

UNESCO. **Cultural policy: a preliminary study**. Paris, 1969. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0000/000011/001173eo.pdf>>. Acesso em 27 mai. 2017.

VARGA, Somogy. The politics of Nation Branding: Collective identity and public sphere in the neoliberal state. **Philosophy & Social Criticism**, [s.l.], v. 39, n. 8, p. 825-845, 2013.

**APÊNDICE A – LISTA DE ATOS INTERNACIONAIS CONSULTADOS**

<b>Parceiro</b>	<b>Ano de celebração</b>	<b>Título do ato</b>
Angola	2008	Ajuste complementar ao Acordo de Cooperação Econômica, Científica e Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Angola para implementação do projeto "Fortalecimento da gestão do patrimônio cultural de Angola"
Angola	2008	Ajuste complementar ao Acordo de Cooperação Econômica, Científica e Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Angola para implementação do projeto "Fortalecimento da preservação da memória e da produção audiovisuais de Angola"
Angola	2009	Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Angola para a cessão recíproca de imóveis para o funcionamento dos centros culturais do Brasil em Angola e de Angola no Brasil
Angola	2010	Declaração Conjunta sobre o Estabelecimento de Parceria Estratégica entre a República Federativa do Brasil e a República de Angola
Argélia	2009	Acordo de Cooperação Cultural entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Argelina Democrática e Popular
Argentina	2007	Protocolo de Cooperação entre a Secretaria de Identidade e Diversidade Cultural do Ministério da Cultura do Brasil e o Instituto Cultural da Província de Buenos Aires (Argentina)
Argentina	2008	Programa Executivo de Cooperação Cultural entre a República Federativa do Brasil e a República Argentina para os anos 2009-2011
Argentina	2011	Declaração Conjunta - Visita Oficial da Presidenta da República Federativa do Brasil, Dilma Rousseff, à Presidenta da República Argentina, Cristina Fernández de Kirchner
Argentina	2011	Memorando de Entendimento entre o Ministério da Cultura da República Federativa do Brasil e a Secretaria de Cultura da República Argentina
Argentina	2011	Declaração de Buenos Aires
Argentina	2011	Termo de Acordo de Cooperação Técnica que Celebram entre Si a Fundação Biblioteca Nacional (Brasil), a Biblioteca Nacional da República Argentina e a Biblioteca Nacional da República do Uruguai
Argentina	2012	Declaração de Brasília
Áustria	2010	Acordo de Cooperação Técnica entre o Ministério da Cultura e a ABRASA

Áustria	2013	Memorando de Entendimento entre o Instituto Brasileiro de Museus e o Kunst Historisches Museum e o Weltmuseum Wien
Belize	2010	Acordo de Cooperação Cultural entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo de Belize
Benim	2009	Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo da República da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Benim para Implementação do Projeto "Gestão de Patrimônio Material e Imaterial do Benim"
Bolívia	2008	Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica, Científica e Tecnológica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Bolívia para Implementação do Projeto "Intercâmbio de Experiências e Conhecimentos para a Gestão das Culturas"
Botsuana	2009	Acordo de Cooperação Cultural entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Botsuana
Burkina Faso	2009	Acordo entre o governo da República Federativa do Brasil e o governo da República de Burkina Faso sobre Cooperação Cultural
Cabo Verde	2010	Programa de Cooperação entre o Ministério da Cultura da República Federativa do Brasil e o Ministério do Ensino Superior, Ciência e Cultura de República de Cabo Verde para o desenvolvimento de Ações Conjuntas no Âmbito da Cultura
Camarões	2010	Programa Executivo Relativo ao Acordo de Cooperação Cultural entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Cameroun para os anos 2010 a 2013
Catar	2010	Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Estado de Catar sobre Cooperação Cultural
Chile	2013	Programa Executivo de Intercâmbio Cultural entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Chile para os anos 2013–2015
China	2010	Programa Executivo de Cooperação Cultural entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Popular da China para os Anos de 2010-2012
China	2012	Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Popular da China sobre o Estabelecimento Recíproco de Centros Culturais
China	2015	Plano de Ação Conjunta entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Popular da China 2015-2021
Colômbia	2007	Protocolo de Intenções entre o Ministério da Cultura da República Federativa do Brasil e o Ministério da Cultura da República da Colômbia para a Cooperação, Intercâmbio, Promoção e Divulgação da Cultura Afrodescendente

Colômbia	2007	Declaração de Bogotá
Colômbia	2007	Termo de cooperação entre a Cinemateca Brasileira e a Fundación Patrimonio Fílmico Colombiano
Colômbia	2009	Ata da IV Reunião da Comissão Mista Educacional Cultural Brasil - Colômbia e Programa Executivo 2009-2012
Colômbia	2011	Plano de Ação para a Cooperação Cultural entre Colombia e Brasil 2011-2014
Coréia do Sul	2015	Programa Executivo de Cooperação Cultural entre o Ministério das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil e o Ministério das Relações Exteriores da República da Coreia para os Anos 2015-2017
Costa do Marfim	2014	Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Côte D'ivoire para a Reativação da Comissão Mista de Cooperação Econômica, Técnica, Cultural, Comercial, Científica e Tecnológica
Cuba	2009	Protocolo de Intenções entre o Ministério da Cultura da República Federativa do Brasil e o Ministério da Cultura da República de Cuba para o desenvolvimento de Ações Conjuntas no Âmbito da Cultura
Cuba	2009	Termo de Cooperação nas Áreas de Educação, Formação Profissional, Assistência Técnica e Intercâmbio no Campo das Artes Audiovisuais entre a Secretaria do Audiovisual do Minc-Brasil e a Fundación del Nuevo Cine Latinoamericano de Cuba
Cuba	2010	Protocolo de Colaboração Cinematográfica entre o ICAIC e a Sav/Minc
Cuba	2010	Acuerdo de Colaboración Técnica que Establecen el Instituto de Museos de Brasil (IBRAM) y el Centro Provincial de Patrimonio Cultural de Granma Cuba
Dinamarca	2011	Acordo de Cooperação Brasil-Dinamarca
Dominica	2010	Acordo de Cooperação Cultural entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Comunidade de Dominica
Egito	2013	Protocolo de Cooperação entre a Fundação Biblioteca Nacional e a Biblioteca de Alexandria
Equador	2007	Programa Executivo Cultural do Acordo de Cooperação Cultural e Educacional entre o governo da República Federativa do Brasil e o governo da República do Equador para o período 2007-2009
Equador	2010	Protocolo de Intenções entre o Ministério da Cultura da República Federativa do Brasil e o Ministério da Cultura da República do Equador para o desenvolvimento de Ações Conjuntas no Âmbito da Cultura

Equador	2012	Acordo de Cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Equador sobre Bens Culturais Roubados Ou Ilicitamente Exportados
Espanha	2007	Acordo entre a República Federativa do Brasil e o Reino da Espanha Relativo ao Estabelecimento e Funcionamento de Centros Culturais
Espanha	2007	Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Reino da Espanha Com Vistas à Celebração do "Festival de Cultura Brasileira Na Espanha" e do "Festival de Cultura Espanhola no Brasil"
Estados Unidos	2008	Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo dos Estados Unidos da América para Programas Educacionais e de Intercâmbio Cultural
Estados Unidos	2012	Memorando de Entendimento entre o Instituto Brasileiro de Museus e o Instituto Smithsonian sobre Colaboração para o desenvolvimento do Setor Cultural
França	2007	Emenda ao Acordo de Co-Produção Cinematográfica Por Troca de notas
França	2010	Acordo de Coprodução Cinematográfica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Francesa
França	2012	Declaração de Intenções entre o Ministro da Cultura da República Federativa do Brasil e a Ministra da Cultura e da Comunicação da República Francesa sobre a Cooperação Cultural
França	2012	Memorando de Entendimento IBRAM-Escola do Louvre
França	2015	Declaração de Intenções entre o Ministro da Cultura da República Federativa do Brasil e a Ministra da Cultura e da Comunicação da República Francesa
Granada	2010	Acordo de Cooperação Cultural entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo de Granada
Guatemala	2008	Acordo de Cooperação Cultural entre a República Federativa do Brasil e a República da Guatemala
Guiana	2009	Programa Executivo Relativo ao Convênio Cultural entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Guiana para os anos 2009-2012
Haiti	2010	Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Haiti para Implementação do Projeto "Capacitação para a Elaboração de Políticas Públicas de Museus Por Meio da Reconstrução do Museu de Arte Haitiana do Colégio de Saint-Pierre"
Índia	2007	Acordo de Co-Produção Audiovisual entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Índia

Índia	2012	Programa Executivo de Intercâmbios Culturais entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Índia para o Período 2012-2014
Irã	2007	Memorando de Intenções de Cooperação Audiovisual entre o Ministério da Cultura da República Federativa do Brasil e o Ministério da Cultura e Orientação Islâmica para Assuntos de Cinema e Audiovisual da República Islâmica do Irã
Irã	2009	Programa Executivo do Acordo Cultural entre a República Federativa do Brasil e a República Islâmica do Irã para os anos 2009-2012
Israel	2008	Programa Executivo de Cooperação Cultural entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Estado de Israel para os anos de 2008, 2009 e 2010
Israel	2009	Acordo de Coprodução Cinematográfica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Estado de Israel
Itália	2007	Joint declaration on Internet Rights by the Minister of Culture of Brazil and the Undersecretary for Communications of Italy
Itália	2008	Acordo de Co-Produção Cinematográfica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Italiana
Itália	2010	Programa Executivo de Cooperação Cultural entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Italiana para o Período de 2010-2013
Itália	2014	Carta de Intenções entre o Ministério da Cultura da República Federativa do Brasil e a Universidade de Bolonha, Itália
Jordânia	2008	Acordo de Cooperação Cultural entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Reino Hachemita da Jordânia
Letônia	2008	Acordo de Cooperação Cultural entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Letônia
Lituânia	2008	Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Lituânia sobre Cooperação Na Área da Cultura
México	2007	Programa Executivo de Cooperação Cultural entre a República Federativa do Brasil e os Estados Unidos Mexicanos 2007 — 2010
Moçambique	2007	Programa Executivo do Acordo Cultural entre a República Federativa do Brasil e a República de Moçambique para os anos 2007-2010
Moçambique	2008	Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Cultural entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Moçambique nas Áreas Audiovisual e cinematográfica
Moçambique	2008	Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Cultural entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Moçambique para Cooperação em Matéria de Comunicação Social



Moçambique	2013	Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Moçambique para a Implementação do Projeto “Práticas Educativas Baseadas Na Cultura Popular”
Moçambique	2016	Acordo de Cooperação entre a Biblioteca Nacional de Moçambique e a Fundação Biblioteca Nacional
Nigéria	2010	Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Nigéria sobre Cooperação nas Áreas de Direitos Culturais, Combate à Discriminação, Promoção da Igualdade Racial e atividades Correlatas
Países Baixos	2008	Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo dos Países Baixos sobre Cooperação no Campo do Patrimônio Cultural Comum
Países Baixos	2016	Memorando de Entendimento entre Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) e Agência do Patrimônio Cultural da Holanda (RCE)
Palestina	2010	Acordo de Cooperação Cultural entre o Governo da República Federativa do Brasil e a Organização para a Libertação da Palestina, em nome da Autoridade Nacional Palestina
Panamá	2007	Programa Executivo do Convênio Cultural entre a República Federativa do Brasil e a República do Panamá
Paraguai	2007	Programa Executivo Cultural do Acordo Básico de Cooperação Educacional, Científica e Cultural entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Paraguai para o Período 2007-2009
Paraguai	2007	Protocolo de Intenções entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Paraguai sobre Cooperação Técnica em Políticas e Programas Nacionais de Cultura
Paraguai	2007	Protocolo de Intenções entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Paraguai sobre Cooperação Técnica em Políticas para Diversidade Cultural,
Paraguai	2007	Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Paraguai para Implementação do Projeto "Capacitação em Museologia"
Paraguai	2007	Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Paraguai para Implementação do Projeto "Intercâmbio de Conhecimentos sobre Sistemas de Conservação Integrada e Patrimônio Cultural"
Paraguai	2009	Declaração de Assunção

Paraguai	2010	Protocolo de Cooperação que entre Si Celebram o Ministério da Cultura do Brasil, a Secretaria Nacional de Cultura do Paraguai e a Itaipu para desenvolver Ações Coordenadas e Complementares, que Contribuam para a Valorização, a Promoção e o Fortalecimento da Cultura no Paraguai e no Brasil
Paraguai	2010	Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Paraguai para a Implementação do Projeto "Capacitação em Políticas Públicas para o desenvolvimento"
Peru	2009	Ata Final da II Reunião da Comissão Mista Cultural: Anexo 3: Programa Executivo do Acordo de Cooperação Cultural entre a República Federativa do Brasil e a República do Peru para os anos 2009-2012
Polônia	2012	Programa Executivo do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Polônia sobre Cooperação Cultural para os anos 2013-2015
Portugal	2010	Declaração Conjunta da X Cimeira Portugal-Brasil
Portugal	2012	Termo de Cooperação entre a Funarte e a Pautadamente, referente à Realização do Evento "Ano do Brasil em Portugal"
Quênia	2010	Programa Executivo sobre Cooperação Cultural entre Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Quênia para os anos 2010-2015
Reino Unido	2011	Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte sobre Intercâmbio e Cooperação Cultural
Reino Unido	2012	Acordo de Coprodução Cinematográfica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte
República do Congo	2007	Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Congo no domínio da Cultura e das Artes
República do Congo	2009	Programa Executivo do Acordo de Cooperação Econômica, Científica, Técnica e Cultural entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Congo (2009-2012)
República Dominicana	2007	Memorando de Entendimento de Cooperação Audiovisual entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República dominicana
Santa Lúcia	2010	Acordo de Cooperação Cultural entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo de Santa Lúcia
São Cristóvão e Névis	2010	Acordo de Cooperação Cultural entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Federação de São Cristóvão e Névis

São Vicente e Granadinas	2010	Acordo de Cooperação Cultural entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo de São Vicente e Granadinas
Serra Leoa	2009	Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Serra Leoa sobre Cooperação Cultural
Timor-Leste	2008	Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República democrática de Timor-Leste sobre Cooperação Cultural
Ucrânia	2009	Acordo de Cooperação Cultural entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Gabinete de Ministros da Ucrânia
Uruguai	2010	Declaração de Montevideu
Uruguai	2011	Plano de Ação para o Diálogo e a Cooperação em Cultura entre Brasil e Uruguai
Uruguai	2011	Termo de Acordo de Cooperação Técnica que Celebram entre Si a Fundação Biblioteca Nacional (Brasil), a Biblioteca Nacional da República Argentina e a Biblioteca Nacional da República do Uruguai
Uruguai	2011	Acordo de Cavalheiros que entre Si Celebram o Presidente do Instituto do Patrimônio Histórico e artístico Nacional do Brasil - IPHAN e o Diretor-Geral da Comissão de Patrimônio Cultural da Nação do Uruguai - CPCN
Uruguai	2011	Protocolo de Intenções entre o Ministério da Cultura da República Federativa do Brasil e o Ministério da Educação e Cultura da República Oriental do Uruguai para o desenvolvimento de Ações Conjuntas no Âmbito da Cultura
Uruguai	2015	Declaração Conjunta de Compromisso
Uzbequistão	2009	Acordo de Cooperação Cultural entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Uzbequistão
Venezuela	2010	Carta de Intenções entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Bolivariana da Venezuela para o Desenvolvimento de Orquestras Infantis e Juvenis na República Federativa do Brasil
Zâmbia	2008	Protocol of Cultural Exchange and Cooperation Between the Ministry of Culture of the Federative Republic of Brazil and the Ministry of Community Development, Social Welfare and Culture of the Republic of Zambia (2008-2011)
Zâmbia	2010	Acordo de Cooperação Cultural entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Zâmbia

Fonte: Elaboração própria a partir do Ministério das Relações Exteriores (BRASIL, 2017c) e do Ministério da Cultura (BRASIL, 2017a).